

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**Francisco José Coelho Teixeira**

Ministro da Integração Nacional

Robson Afonso Botelho

Secretário de Infraestrutura Hídrica

Elianeiva de Queiroz Viana Odísio

Coordenadora-Geral de Programas Ambientais

Maria da Glória Almeida Teixeira

Especialista Médio I

Juliana Brito dos Santos

Analista Técnico-Administrativo

CMT ENGENHARIA**Auriman Cavalcante Rodrigues**

Coordenador-Geral

Carlos Danger Ferreira e Silva

Coordenador Setorial

Mariana Verfssimo Pacheco

Coordenadora Setorial

Denise Bonomo

Inspetora Ambiental

Juliana Márcia Andrade

Inspetora Ambiental

Equipe Técnica:**Adriana Martins**

Analista Ambiental

Ana Paula Alencar

Analista Ambiental

Fabiana Lisboa

Analista Ambiental

Leonardo Brilhante de Medeiros

Analista Ambiental

Marcello Aponte

Analista Ambiental

Marismar Bispo

Analista Ambiental



Dados da Publicação:

Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Realização:

Equipes de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas: Adriana Martins, Adriana Nascimento de Oliveira, Ana Paula Alencar, Cláudia Maria de Albuquerque Guimarães, Denise Bonomo, Edivam José da Silva, Fabiana Lisboa, Gislane Rodrigues Lima, Juliana Márcia Andrade, Leonardo Brilhante de Medeiros, Marcello Aponte, Marismar Bispo e Valtercio Evangelista da Silva.

Coordenação:

Juliana Márcia Andrade

Pesquisa e Textos:

Adriana Martins

Ana Paula Alencar

Leonardo Brilhante de Medeiros

Ilustração e Projeto Gráfico:

Francisco Puygserver

Pablo Murilo Araújo

Revisão:

Denise Bonomo

Leonardo Brilhante de Medeiros

Marismar Bispo



LISTA DE SIGLAS

AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

AQCR - Associação Quilombola da Cruz dos Riachos

AQCS - Associação Quilombola Comunidade Santana

AQUICBÁ - Associação Quilombola da Comunidade de Jatobá

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ASPAPP - Associação dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra

CEASA - Centro de Abastecimento

CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire

CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural

CEACQ - Comissão Estadual de Articulação de Comunidade Quilombolas de Pernambuco

CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural

CIDA - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPA - Centro de Produção Artesanal

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GERES - Gerência Regional de Saúde

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

ISA – Instituto Socioambiental

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário



MEC – Ministério da Educação e Cultura

MI - Ministério da Integração Nacional

MMTR - Movimento das Mulheres e Trabalhadoras Rurais

MSD - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBA – Projeto Básico Ambiental

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSF - Programa de Saúde da Família

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ONG - Organização Não Governamental



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVA	7
3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA.....	8
3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil	8
3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano.....	10
4. METODOLOGIA.....	12
4.1. Fase de Instrumentação	13
4.1.1. Público-Alvo	15
4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados.....	15
4.2. Fase de Interpretação das Informações	16
5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS.....	18
6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE FEIJÃO/POSSE.....	20
6.1. Resultados da Memória Coletiva	20
6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico.....	20
6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico	23
6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social.....	25
6.2.1. Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social	26
6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva	26
6.4. Pesquisa Socioeconômica	27
6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade	28
6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica	39
6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo	43
6.4.4. Serviços de Apoio à Produção.....	43
6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica	43
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
8. REFERÊNCIAS.....	46
9. ANEXOS.....	48



1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) é resultado das ações dos Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental, os quais integram o conjunto de programas ambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA) do PISF. As ações visam minimizar possíveis impactos causados pela implantação do empreendimento, bem como a promover melhoria na qualidade de vida das comunidades quilombolas identificadas na Área de Influência Direta (AID) do PISF.

O propósito deste documento é apresentar informações socioeconômicas e ambientais dessas comunidades, a fim de subsidiar ações de educação ambiental, organização e gestão produtiva. Ademais, essas informações poderão contribuir com as instituições governamentais que atuam diretamente nessas comunidades quilombolas na busca de uma gestão comunitária colaborativa voltada para o desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da cultura local.

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo desenvolvido por meio de procedimentos metodológicos pautados na pesquisa-ação, a partir da reflexão e construção entre os atores sociais de comunidades quilombolas pesquisadas e a equipe técnica responsável pela implementação dos programas ambientais.

Essas ações foram desenvolvidas em 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, são elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado, Sítio Feijão/Posse, Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha, Santana, Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana.

Assim, de modo a facilitar a apresentação desses resultados, o diagnóstico foi dividido por comunidade quilombola, constando, assim, de 12 (doze) volumes.



2. JUSTIFICATIVA

A principal função de um diagnóstico socioambiental participativo das comunidades é ampliar o autoconhecimento dessas comunidades sobre as potencialidades, problemas locais e a relação com o meio ambiente promovendo o planejamento participativo.

Um diagnóstico pode-se constituir como elemento central para a organização de ações que visam o desenvolvimento local, pois permite o diálogo entre técnicos e moradores de uma comunidade sobre a realidade vivida pelo grupo, sobre a rede de relações sociais, de conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente e que abrem caminhos para a transformação.

As dimensões levantadas em um diagnóstico são inter-relacionadas entre si e poderão ser equacionadas em reflexões e ações coletivas de planejamento para o desenvolvimento comunitário na direção da melhoria de qualidade de vida da população. Os participantes deste processo têm a possibilidade de reconhecer melhor suas experiências, fraquezas e habilidades, avaliando quais são as melhores alternativas para um novo planejamento de ações prioritárias a esse desenvolvimento.

Espera-se que todo processo de elaborar, consolidar e validar este diagnóstico favoreça a construção do autoconhecimento e de uma consciência crítica do processo de mudança do grupo, além disso, que subsidie o planejamento e desenvolvimento de ações contextualizadas em educação ambiental e capacitações de organização e gestão produtiva.

Em contrapartida a um estudo pré-elaborado, com perguntas direcionadas e formuladas intencionalmente, este estudo permite que os próprios comunitários analisem o meio em que vivem, as suas mais diversas relações de dependência e possíveis alternativas para melhorias locais.

3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA

3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil

Para entender como se deu a formação das comunidades quilombolas no Brasil é necessário conhecer o sistema escravista brasileiro, época na qual os portugueses começaram a dominação de nosso território. Desse modo, para se instalar precisavam de mão de obra forte, barata e em grande quantidade. A mão de obra escrava africana, facilitada pelo mercantilismo europeu, se tornava a alternativa mais lucrativa e viável. O tráfico negreiro, iniciado por volta de 1532, foi, por mais de três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades, trazendo mais de 3 milhões de escravos para os portos brasileiros (ALBUQUERQUE & FILHO 2006).

Em território africano os negros eram tratados como moeda de troca. Trocava-se um negro por aguardente de cana, espelhos, rolos de fumo, entre outros. Quando adquiridos, os negros eram marcados a ferro em brasa, e, acorrentados, eram encaminhados aos presídios da costa africana, onde esperavam os navios negreiros. Esses negros eram transportados de forma sub-humana, amontoados nos porões dos navios, alguns chegavam a óbito e eram jogados ao mar. Assim, quando chegavam ao território brasileiro, eram comercializados nos mercados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pernambuco, e seus serviços eram empregados na lavoura, mineração, pecuária ou em trabalhos domésticos. A economia da colônia e do Império dependia praticamente do trabalho dos escravos africanos. O trabalho deles desenvolveu a monocultura canavieira, a monocultura cafeeira e a mineração (SOUSA 2012, não paginado).

Apesar desse histórico escravista, Silva (2010) afirma que esses povos não foram passivos e tampouco a formação do território dos quilombos se deu somente a partir dos redutos de negros fugitivos, mas, também, da compra da terra pelos escravos alforriados, ou por doação de terras pelos proprietários falidos para pagar pela prestação de serviços.

Durante todo o período de escravidão houve inúmeros casos de resistência dos povos negros. Existiam muitas maneiras de luta contra a escravidão, uma das formas mais expressivas de resistência foi a constituição de quilombos, “distribuídos por quase todo território brasileiro, agrupavam principalmente os povos africanos e seus descendentes escravizados, mas também brancos europeus excluídos do sistema e povos indígenas”. (ANJOS & CYPRIANO 2006).

Munaga & Gomes (2006) publicou que quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada por “homens e mulheres que se recusavam a viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema”.

Os refugiados tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas do



interior do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários e garantir sua sobrevivência (ISA 2008).

Vale ressaltar que muitas comunidades foram formadas após a promulgação da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão, por uma forte razão: era a única possibilidade do negro viver em liberdade, num espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar a dignidade.

Em resumo, Munanga & Gomes (2006) afirmam que a luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos.

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação política ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil. Essas comunidades negras têm empreendido uma luta pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra, bens considerados sagrados e formadores de uma identidade étnica.

Sabe-se que no Brasil foram criados vários quilombos desde então, mas, não se tem, até hoje, o censo da população quilombola. Estimativas do movimento social apontam a existência de 3 a 5 mil comunidades quilombolas.

A partir dos anos 70, a questão quilombola foi recolocada no contexto nacional com a “descoberta das comunidades quilombolas”, graças, em grande parte, ao movimento negro contemporâneo e ao exercício intelectual de vários autores. E, na década de 80, com o advento da atual Constituição Federal, o Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, em seu art. 68, reconheceu a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que ocupavam suas terras, determinando que o Estado emita em favor daquelas comunidades os títulos respectivos.

Apesar de a Constituição Federal garantir aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras, somente 192 comunidades possuem este título, conforme dados da Comissão Pró-Índio, São Paulo.

A titulação é um procedimento importante, pois estabelece a extensão e os limites do território quilombola e dirime eventuais disputas sobre as terras ocupadas pelas comunidades. A indefinição quanto à regularização fundiária coloca os quilombolas em situação de vulnerabilidade; dificulta o seu acesso a programas e políticas públicas e representa um entrave para a gestão sustentada dos territórios (ANDRADE 2011).



No Brasil, a Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, realiza várias atividades com comunidades quilombolas, dentre elas, formaliza a existência dessas comunidades, assessorando-as juridicamente e desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. Assim, por meio dessa instituição, mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional já foram certificadas, dentre elas: 216 em Pernambuco, 68 na Paraíba e 64 no Ceará.

3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano

Por volta do século XVI, o trabalho escravo chega ao Brasil, em decorrência do ciclo econômico da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano e ao norte de Pernambuco, onde se incluem hoje os estados de Alagoas e Sergipe (ANJOS & CYPRIANO 2006).

A região Nordeste foi onde se concentrou o maior número de quilombos existentes no Brasil, possuindo centenas de comunidades negras, cuja resistência cultural expressa características próprias de suas tradições festivas, manifestações religiosas e costumes.

As comunidades quilombolas mais antigas originaram-se principalmente de processos de fuga de negras e negros escravizados, provenientes de fazendas locais, mas também de regiões mais distantes, como o agreste meridional de Pernambuco e Alagoas. Um exemplo desse processo foi o surgimento na região hoje localizada no estado de Alagoas do quilombo de Palmares, considerado como um dos principais símbolos de resistência à escravidão no Brasil.

O quilombo de Palmares chegou a ter aproximadamente 20.000 habitantes e conseguiu resistir durante sessenta anos ao cerco colonialista. Em 1695 foi massacrado pelas forças de Domingos Jorge Velho, mas continuou a existir como símbolo de ameaça para a elite. A partir dessa ameaça, temendo surgir um novo Palmares, os senhores de engenhos e autoridades intensificaram a vigia e a procura de escravos fugidos, mas, mesmo assim, outros quilombos surgiram nas primeiras décadas do século XIX, como o Catucá, localizado no estado de Pernambuco.

No processo de instalações em terras após as fugas, os negros eram acolhidos por indígenas, que com o passar dos tempos obtiveram relações de parentesco que persistem até hoje, caracterizando os quilombos da região do vale do São Francisco, do Sertão Central e de Itaparica (ARARIPE & NASCIMENTO 2008).

O início da territorialização das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco se relaciona fortemente com o contexto sociopolítico do período em que iniciou a formação de cada uma das comunidades. Uma das motivações que levaram à territorialização dos locais de procedência de seus primeiros habitantes e às identidades étnicas dos grupos envolvidos, é a forte influência das mudanças políticas e econômicas do final do século XIX.



De acordo com Araripe & Nascimento (2008), essas comunidades, que surgiram a partir do final desse século, se originaram de fluxos migratórios que partiram de três situações: de comunidades quilombolas já existentes; de fazendas que mantinham o trabalho semiescravo, na condição de pessoas libertas; e da dispersão populacional do Arraial de Canudos. Nas três situações havia a presença de pessoas com ancestralidade branca, negra e indígena, o que explica a configuração pluriétnica encontrada em muitos dos quilombos na atualidade.

Muitas dessas pessoas conseguiram adquirir recursos resultantes da produção nos quilombos originais, como trabalhadores ou meeiros nas fazendas, o que possibilitou a formação de novas comunidades, com a compra de terras para moradia, cultivos de subsistência, coleta, caça, pesca e rituais sagrados.

Portanto, as comunidades remanescentes de quilombolas são formadas por grupos sociais cuja identidade étnica é detentora de um patrimônio cultural rico e valoroso.

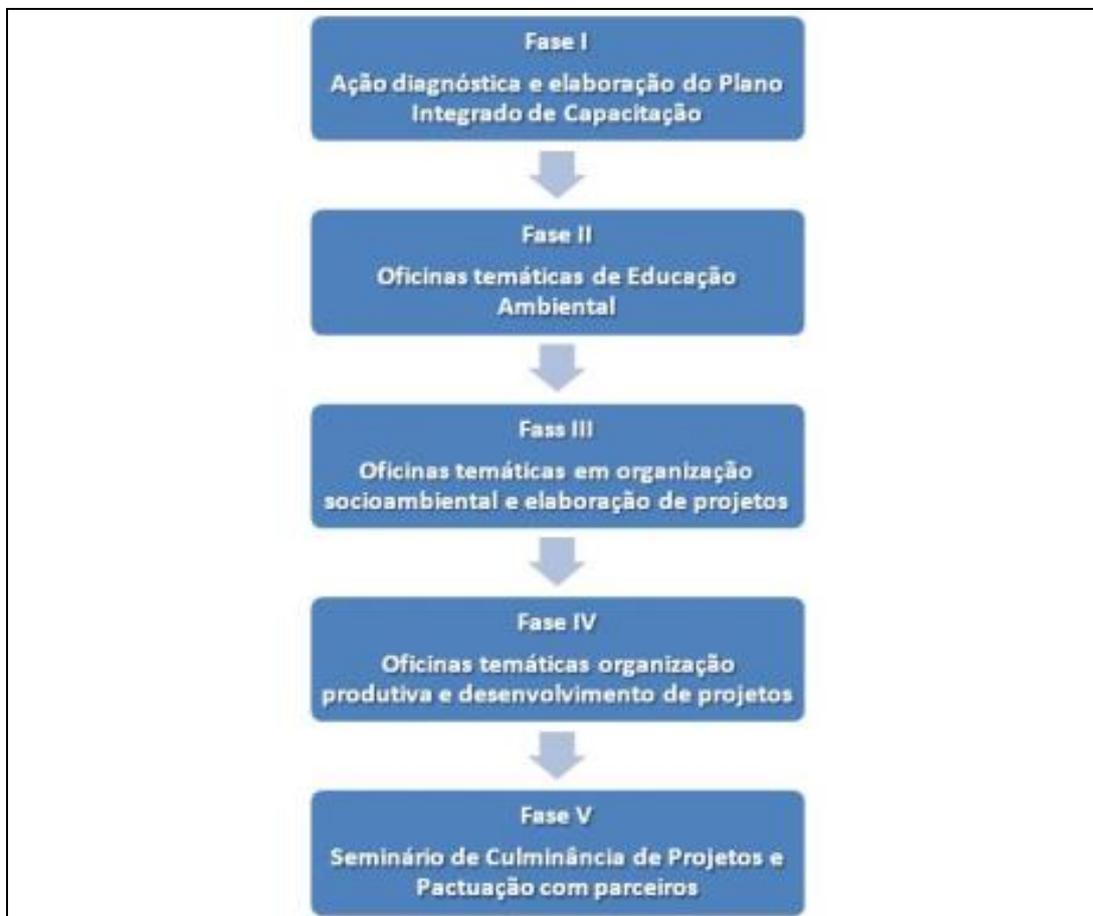
4. METODOLOGIA

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo, representando um conjunto de conceitos e informações que as comunidades podem se subsidiar para gerenciar com autonomia seu desenvolvimento e planejamento.

As comunidades que participaram deste processo podem analisar seu modo de vida e o conhecimento adquirido com o trabalho desenvolvido, colaborando assim para o fortalecimento no planejamento de ações estratégicas. Este trabalho baseou-se em processos de pesquisa, a partir das condições de vida das comunidades estudadas, com seus próprios conceitos e visões.

Desse modo, a metodologia utilizada nesse processo formativo, implementada para os comunitários das 12 (doze) comunidades quilombolas contempladas pelos programas ambientais do PISF, visou potencializar sujeitos e comunidades nos aspectos epistemológicos relacionados à educação ambiental, fortalecimento de instituições das comunidades, elaboração e encaminhamento de projetos socioprodutivos, identificação e estabelecimento de parcerias, contratos e convênios para implantação de empreendimentos, e foi estruturada em cinco fases, representada na figura a seguir:

Figura 01. Fases do processo de formação continuada.



As cinco fases consistem num processo pedagógico, tendo em vista que contêm a intencionalidade de estimular as comunidades para a investigação, análise e avaliação de seus desafios e potencialidades, e, sobretudo, a valorização dos saberes já existentes, bem como a apropriação de novos conhecimentos. Esta metodologia proporciona ainda à comunidade, a interpretação do que se define como um problema ou como o que é desejável, levando em consideração o que realmente significa qualidade de vida para o grupo envolvido.

4.1. Fase de Instrumentação

A oficina de mapeamento técnico para as comunidades quilombolas iniciou o levantamento *in loco* de dados, seguindo diretrizes de estudos realizados em mapeamentos territoriais socioambientais, como ação inicial e norteadora para o processo contínuo e posterior diagnóstico.

Essa fase do mapeamento caracterizou-se por uma metodologia participativa de pesquisa-ação, pautada na pedagogia *freireana* como ação descritiva e de empoderamento local, envolvendo o levantamento e a organização de informações sobre o histórico e a realidade socioambiental de cada comunidade que foi pesquisada.

Os participantes da oficina de mapeamento, divididos em oito grupos, construíram painéis (Anexo I) em que dispuseram as principais informações sobre a comunidade e, numa dinâmica de rotatividade com grupos menores, foi promovida a participação de todos sobre os dados contidos nos painéis. Os painéis apresentavam os seguintes eixos temáticos: 1) Nossas Águas e Usos; 2) Nosso Lixo; 3) Nossa Saúde; 4) Nossa Educação e Comunicação; 5) Nossa Cultura; 6) Nosso Meio Ambiente, Agricultura e Criação; 7) Nossos Movimentos Sociais; e 8) Nossos Arranjos Produtivos. Cada eixo possuía um espaço em branco para preenchimento das informações.

O mapeamento técnico desenvolveu-se em três momentos distintos, norteados por eixos temáticos descritos anteriormente, sendo eles: a valorização e identificação dos saberes prévios, a socialização de conceitos e análise, e atividade de alternância para os comunitários, a partir da apresentação de um questionário socioeconômico.

A fase caracterizada pela cartografia social, e sua consequente produção de mapas sociais, buscou levantar conhecimentos e entendimentos dessas comunidades como protagonistas da ação e suas diversas relações com o meio em que vivem, expressadas em desenhos simbólicos.

Os mapas produzidos representam um processo de expressão e descrição coletiva dos atributos que melhor refletem um território, ou paisagem, em função do conjunto de fragilidades e potencialidades locais. De modo simplificado, os mapas simbolizam uma 'fotografia' do momento que a comunidade vive, com a vantagem de registrar elementos surreais e sua dinâmica de transformação e com o único critério de obedecer ao que



realmente é representativo, relevante a todo o grupo. Todos participam de forma igualitária, jovens, crianças, idosos, analfabetos, lideranças, propiciando o olhar comum, que é a prioridade dessa metodologia.

Os atributos/características de composição desses mapas podem ser trazidos tanto pela equipe técnica de pesquisadores quanto pelos componentes da própria comunidade. O caráter participativo desse processo se fortalece a partir do momento em que os participantes são, simultaneamente, autores e atores das percepções a respeito do território em que se inserem.

A metodologia de cartografia social que tem como principal produto os mapas sociais visa levantar aspectos relacionados à: Identidade e história da comunidade; Elementos simbólicos e afetivos do local; Conhecimentos, economia e produção local; Significado e entendimento das palavras-chave do processo de planejamento participativo; e mapa da comunidade contendo limites geográficos. As ideias locais sobre qualidade de vida inevitavelmente são expressas nessas cartas.

Para a construção de mapas sociais, é fundamental conhecer a história humana do território. Por isso, é importante estimular a memória dos comunitários para que resultados satisfatórios relativos aos valores materiais e imateriais desses grupos sejam obtidos. Neste momento, faz-se também o resgate histórico da fase de mapeamento técnico, enriquecido com relatos dos moradores e desenhos apontados nos mapas.

Após as duas fases do mapeamento, técnico e social, como atividade de alternância, foi realizada pesquisa socioeconômica a partir dos questionários aplicados aos moradores envolvidos, conforme descrito na fase de mapeamento técnico. O questionário abordou questões específicas, referentes aos temas: perfil socioeconômico, organização social, infraestrutura, saúde, educação e comunicação.

Após a aplicação do questionário em forma de entrevista, realizada pelos próprios moradores com outros que não participaram das oficinas anteriores e buscando envolver todas as famílias da comunidade, foram realizadas as Oficinas de Devolutiva, que tiveram como principal objetivo compartilhar as informações coletadas e produtos gerados durante as oficinas anteriores. Na oficina também foram apresentadas as propostas de capacitação dos Programas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Anexo II - Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas), para validação dos temas selecionados para a intervenção.

Os dados identificados durante as atividades diagnósticas foram apresentados para todo o grupo, a fim de corrigir e/ou complementar as informações que iriam compor o documento diagnóstico, e incentivando que o material possa servir de instrumento para gestão e referencial bibliográfico da comunidade. Como encerramento da atividade possibilitou-se também aos comunitários validar as informações em ata de reunião.



4.1.1. Público-Alvo

Comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, sendo elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado e Feijão/Posse, localizadas no município de Mirandiba; Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha e Sítio Santana, no município de Salgueiro; e Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana, no município de Cabrobó.

4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados

Malhotra (2006) conceitua pesquisa qualitativa como uma “metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema” e a pesquisa quantitativa como “metodologia que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.

Assim, a pesquisa realizada nas comunidades quilombolas em questão apresenta-se como quantitativa e qualitativa, pois os propósitos não podem ser alcançados por uma única base metodológica. A riqueza e a diversidade de informações relevantes e, principalmente, a singularidade da dinâmica populacional dessas comunidades exigem um estudo mais abrangente e criterioso.

O estudo, como citado anteriormente, foi subsidiado em dados coletados por mapeamento técnico e produção de mapas sociais, porém o instrumento mais prático para realização da pesquisa foi apresentado na forma de questionário socioeconômico, proposto com o objetivo de aperfeiçoar e quantificar os dados coletados em campo, sistematizar as informações de forma homogênea e verificar a possibilidade de replicação pelo grupo, caracterizando-se por fácil aplicação dos próprios comunitários.

O referido questionário possui inúmeras vantagens para composição do processo de diagnóstico. Entre elas, garante o anonimato, quando necessário, e apresenta questões objetivas e de fácil aplicação, oferece tempo hábil para o preenchimento das respostas, facilidade de conversão dos dados para arquivos digitais, uniformidade com a padronização de questões e baixo custo na produção.

Um questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Como a pesquisa possui um caráter empírico, esse instrumento permite a coleta de dados a partir da realidade local, e ainda, pela simplicidade da maioria das questões, alcança até mesmo moradores que não sabem ler ou escrever, com o auxílio de pessoas da comunidade que respondem ao mesmo questionário.



4.2. Fase de Interpretação das Informações

Após a realização de oficinas de mapeamento técnico e mapa social, e consequente atividade de alternância a partir da aplicação dos questionários por moradores das comunidades, os dados foram recolhidos e compilados, gerando gráficos quantitativos após análise e obedecendo a critérios estabelecidos previamente.

A análise das informações coletadas nas oficinas mapeamento técnico e mapa social e nos questionários aplicados foram sistematizadas e socializadas em oficinas de devolutiva para validação pelos comunitários.

Após a validação das informações contidas no painel produzido no mapeamento técnico, os gráficos gerados a partir do questionário socioeconômico foram expostos à comunidade, visando a confirmação de que retratam a realidade local, bem como para o apontamento de potencialidades para a gestão comunitária autossuficiente. As informações complementam-se, pois aludem à espacialização do seu território, seus aspectos históricos, simbólicos e culturais. Os mapas sociais também corroboram os dados levantados no painel, pois representam a configuração espacial dessas comunidades em forma de desenhos, com ênfase aos símbolos mais relevantes.

Na oportunidade, foram apresentados às comunidades quilombolas os aspectos do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, documento referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do PISF.

O Plano foi elaborado de forma integrada representando a inter-relação entre os Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, de Comunicação Social e de Educação Ambiental do PISF. Seu principal objetivo é fornecer elementos que promovam a autonomia dessas comunidades, seu desenvolvimento e organização socioeconômica e ambiental e, prioritariamente, o fortalecimento das relações de interdependência intrínsecas a essas comunidades tradicionais.

O Plano expressa a continuidade do processo de formação, priorizando a continuidade das ações executadas durante a fase diagnóstica e que, de forma linear, estabelece a perspectiva de estabelecimento de parcerias, elaboração e gestão de projetos, necessariamente relacionados às questões socioprodutivas.

Este Diagnóstico subsidiou a elaboração do Plano, com informações e relatos coletados durante as fases de Mapeamento Técnico, Mapeamento Social e de Devolutiva. Nessas etapas foram consideradas, principalmente, as necessidades das comunidades quanto aos seus anseios para a realização de oficinas de formação: temas relevantes ao desenvolvimento local, potencialidades e fragilidades da dinâmica populacional e prováveis desafios para a mobilização e organização comunitária visando à promoção de novas atividades.



Sendo assim, o Plano foi idealizado para propor um conjunto de capacitações prioritárias no contexto do PISF visando o desenvolvimento dessas comunidades, por meio de oficinas temáticas, que valorizem os saberes tradicionais de cada uma separadamente, pois suas diferenças implicam em ações também distintas. E ainda, como fomento ao planejamento de novas ações organizacionais, o Plano pode subsidiar a elaboração de futuros planos de ação locais, pois é sustentado pelas necessidades identificadas pelos próprios comunitários.

Como proposta de intervenção, essas atividades estabelecem um acordo entre as comunidades e instituições envolvidas para a continuidade e eficiência do processo formativo.

5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

O processo normativo dos direitos quilombolas vem se efetivando desde a década de 1980, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. O artigo 68, do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, dispõe:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”

No momento em que o Estado reconhece um grupo como remanescente de quilombo fixa uma identidade não só política, administrativa e legal, mas também uma identidade social, permitindo assim direito a uma identificação étnica, que é veículo de obtenção de direitos diferenciados. Desse modo, esse artigo instituiu um novo sujeito social e político etnicamente diferenciado a partir dos direitos.

Apesar dos preceitos legais apresentados na Carta Magna, durante a década de 1990, o processo formal ainda se encontrava indefinido, promovendo-se uma série de iniciativas isoladas de regularização dos territórios quilombolas, ora conduzidas pela Fundação Cultural Palmares, ora pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ora pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou ainda pelos Institutos de Terra dos Estados.

Algumas tentativas de sistematização da condução do processo foram feitas, como o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro 2001, controverso dentre outros aspectos, por restringir a propriedade quilombola à questão temporal de permanência na terra: só poderiam pleitear o reconhecimento étnico e a regularização fundiária, territórios ocupados por quilombos em 1888 e que permaneciam nos locais remanescentes das comunidades dos quilombos em 05 de outubro de 1988. Essa disposição desconsiderava o dinamismo cultural, as rotas de fuga e fluxos migratórios dessas populações, cuja mobilidade teve motivações diversas nas diferentes regiões do país.

Os relatos contidos neste diagnóstico, por exemplo, revelam movimentos migratórios por motivos distintos, que se referem tanto a mudanças políticas e econômicas na região, como a busca de locais com fatores ambientais favoráveis. E, ainda, esse decreto não contemplava os quilombos urbanos.

Em 20 de novembro de 2003, é publicado o Decreto 4.887, que revogou o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro de 2001, e regulamenta os órgãos responsáveis pela titulação dos territórios quilombolas, atribuindo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, o papel de órgão executor, cujas diretrizes são definidas pela Instrução Normativa RFB nº 16, envolvendo a implementação de ações de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas, ações essas incorporadas ao



Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que prevê processos participativos e gestão específica para essas comunidades.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, refere-se ao conceito e à identificação étnico-quilombola. Prevê a autoatribuição como elemento fundamental do reconhecimento, segundo a trajetória histórica própria do grupo que é dotada de relações territoriais específicas. Neste sentido, os conceitos e concepções sobre comunidades remanescentes de quilombos devem ser desvinculados da ideia de quilombo como local de “negros escravos fugidos”.

Considerando os diferentes processos de territorialização, bem como a diversidade de organização social e política dessas comunidades, adota-se, aqui, a definição apresentada na publicação ‘Sertão Quilombola, A Formação dos Quilombos no Sertão Pernambucano’ (ARARIPE & NASCIMENTO, 2008) que, de maneira sucinta, conceitua as comunidades quilombolas como: “grupos étnicos que assim se autoidentificam e que se mobilizam politicamente em torno de demandas comuns e diferenciadas do conjunto da sociedade nacional, especialmente o direito ao território que tradicionalmente o ocupam e que está na base da sustentação da sua etnicidade.”.

Com base nessa definição, este diagnóstico apresenta compreensões a partir de relatos dos moradores de 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano supramencionadas. Frequentemente, as informações referentes às origens das comunidades, o histórico de ocupação, as percepções territoriais, as relações de sociabilidade e de parentesco, que se mantêm até hoje, inter-relacionam as comunidades pesquisadas tecendo diferentes histórias.

Percebe-se o quanto elas se complementam seja por meio dos laços familiares e/ ou pela luta de resistência na região. A seguir é apresentado o diagnóstico realizado na comunidade de Feijão/Posse, localizada no município de Mirandiba, estado de Pernambuco.



6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE FEIJÃO/POSSE

6.1. Resultados da Memória Coletiva

6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico

A fase de mapeamento técnico dirigido à comunidade quilombola de Feijão/Posse propiciou o levantamento e análise de informações categorizadas por eixos e qualificação dos atores locais para a percepção dos conhecimentos técnicos levantados, fortalecendo assim o protagonismo e a perspectiva de planejamento e organização locais.

Este momento possibilitou, de forma dialógica, promover a articulação e a participação de moradores da comunidade e suas diferentes formas de organização, visando o levantamento de informações relevantes à comunidade, e que subsidiará a construção de um planejamento para futuras ações. Essa metodologia, presente na fase inicial do processo de diagnóstico, está pautada nesta característica de construção coletiva, permeada por um processo de ensino-aprendizagem contínuo, garantido pela pedagogia da alternância, que fortalece este processo com atividades práticas fornecendo subsídios para as fases subsequentes.

A metodologia utilizada no mapeamento técnico procura fortalecer a participação do indivíduo e sua representatividade dentro de sua comunidade, a fim de que possa compreender os conhecimentos adquiridos e utilizá-los em prol de melhorias na qualidade da vida local.

Os participantes foram convidados a construir um painel coletivo, que giram em circuito para que todos contribuam com informações nos oito eixos temáticos sugeridos:

- 1 - Nossas Águas e Usos;
- 2 - Nosso Lixo;
- 3 - Nossa Saúde;
- 4 - Nossa Educação e Cultura;
- 5 - Nossa Comunicação;
- 6 - Nosso Meio Ambiente;
- 7 - Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras; e
- 8 - Nossos Arranjos Produtivos.

Em cada eixo foi escolhido um relator para o grupo, que fez as anotações numa folha de papel pardo dividida nos seguintes quadrantes: Existe, Facilita e Dificulta. Assim, cada grupo teve a possibilidade de discutir os aspectos relevantes, do que existe em sua comunidade dentro de cada eixo; suas potencialidades representadas pelo que facilita, e seus desafios rumo ao desenvolvimento comunitário que se pretende construir,



representado pelo que dificulta. Como não são expostas perguntas norteadoras nesse momento, permite-se que os participantes tenham reflexões livres relativas aos eixos específicos, considerando os saberes tradicionais articulados aos saberes comuns sobre os aspectos em questão.

A seguir, o painel elaborado na comunidade de Feijão/Posse:

Quadro 01. Painel rotativo como resultado da construção coletiva - Comunidade Quilombola Feijão/Posse.

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Poço amazonas; poço artesiano; açude; cisternas; barragem subterrânea; cacimba; chafariz; caixa de distribuição de água; água de chuva; água salgada.</i></p>	<p><i>Irrigação; água potável; água para os animais; adutora para as casas; água encanada para as casas; não carregar água na cabeça e nos galões; ter tempo para outras tarefas; conscientização para o uso; irrigação de hortas; chuva; capacitações; intercâmbios.</i></p>	<p><i>Falta de conscientização das pessoas; falta de higiene; desperdício; irrigação de hortas e lavagem de roupas; ainda é difícil o acesso à água potável; molhação de fruteiras; higiene corporal; revitalização dos açudes e poços; falta de higiene no uso do poço; falta de higiene no uso do açude; o acesso a água ainda não acontece de maneira igualitária na comunidade, as famílias de Posse ainda não têm acesso a água; nem todas as famílias têm cisterna; falta bombeamento adequado para o plantio.</i></p>
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Garrafas, sacolas, vidros, latas, borracha (pneu), ferro, papéis, papelão, palhas, cascas de fruta, restos de comida, roupas velhas, ossos; esterco; união; trabalho coletivo; palestras.</i></p>	<p><i>Armazenar sementes em garrafas PET; resto de comida serve para alimentação animal; comunidade está próxima ao lixão da cidade; queima do lixo; mutirão de limpeza; conscientização; venda de materiais recicláveis para o ferro velho.</i></p>	<p><i>Não haver coleta de lixo; não existir uma destinação adequada nem transporte do lixo; ausência e omissão da prefeitura quanto à gestão do lixo nas comunidades rurais; lixo a céu aberto; falta de conscientização.</i></p>
NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>PSF Quilombola na sede de Mirandiba; agente de saúde; plantas medicinais; benzedoras; conhecimento; limpeza; alimentação orgânica; água; conselheiras de saúde.</i></p>	<p><i>Boa alimentação; capacitações; substituição de remédios genéricos por plantas medicinais; água potável; discussão dos problemas dentro das políticas de saúde; denúncia do mau atendimento; resolução de problemas locais.</i></p>	<p><i>Falta de médico e dentista; mau atendimento; discriminação; falta transporte; estrada ruim; falta medicamentos; não há acompanhamento médico; falta frequente do acompanhamento do agente de saúde; falta de acompanhamento específico para gestantes e idosos; falta um PSF na comunidade; água salgada (especialmente em Posse); falta realização de testes para anemia falciforme; falta comunicação.</i></p>
<p>No item "facilita" o grupo fez reflexões daquilo que, embora não seja uma prática consolidada na comunidade, traria impactos positivos à saúde dos comunitários como informação e melhoria das condições de higiene; e a possibilidade de fazer exames de sangue para o diagnóstico precoce da anemia falciforme, haja vista que quanto maior a antecedência do diagnóstico maior possibilidade de melhorar a qualidade de vida do indivíduo.</p>		
NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Animais soltos; fumaça; plásticos; vidros; desmatamento; poluição na água e na terra; queimadas; estrada; fossas; mutirão para coleta de lixo; horta orgânica; trabalho com agroecologia.</i></p>	<p><i>Separar o lixo; enterrar o lixo; melhorias por meio da associação; participação das pessoas da comunidade; não usar agrotóxico; agroecologia; trabalho coletivo; utilização de material orgânico; reflorestamento.</i></p>	<p><i>Falta de fiscalização; falta de pessoas capacitadas; falta melhoria da estrada; falta de água de qualidade; falta de saneamento básico; a não separação do lixo; pessoas passando pelo lixão; animais soltos; conscientização das pessoas; não fazer reciclagem; não possuir aterro sanitário; queimadas e desmatamentos.</i></p>



NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA

Existe	Facilita	Difículta
<p><i>Escola Porfírio Gomes de Souza; conhecimento; saberes; angu, fubá, baião de dois, xerém; respeito; professores; músicas; danças; artesanato; pintura; forró pé de serra; Coco; Toré; Xangô; Semana Santa; batizados; ano novo e natal; resgate da cultura local; Dança de São Gonçalo; medicina caseira.</i></p>	<p><i>Transporte escolar; salão onde funciona a escola e as reuniões da associação; grupo de jovens; reviver os antepassados; valorização do conhecimento popular; valorização local.</i></p>	<p><i>Falta de recursos e materiais; falta de professores capacitados; pouca participação dos jovens; falta um espaço apropriado para os cursos do CRAS e demais capacitações; falta de projetos voltados para a valorização da cultura local e para a participação dos cidadãos; falta computadores e capacitações que visem a inclusão digital; falta capacitações para as comunidades quilombolas.</i></p>

NOSSA COMUNICAÇÃO

Existe	Facilita	Difículta
<p><i>Rádio; televisão; celular; boca a boca; cartas; bilhetes; informação; pessoas; bicicleta; carro; burro; cavalo; jumento; associação; viagens.</i></p>	<p><i>Tradição e comunicação direta com as pessoas.</i></p>	<p><i>Falta de informação; falta de energia em algumas casas; rádio a pilha; falta de telefonia pública; conhecimento; falta de equipamentos de informática.</i></p>

No item **“facilita”** o grupo fez reflexões do que, embora ainda não exista nem seja uma prática consolidada na comunidade, facilitaria no desenvolvimento da comunicação local e em outros aspectos a ela relacionados. Foram citados: ter acesso a notícias locais e da região, e a notícias nacionais e internacionais; ter uma comunicação mais rápida e eficiente; ter acesso a computadores e a internet; ter parcerias para aquisição desses recursos.

NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Existe	Facilita	Difículta
<p><i>Associação Quilombola de Feijão/Posse; Casa da Mulher do Nordeste; ActionAid; Fórum de Mulheres; IRPA-PE; EMBRAPA; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade, SEPIR; SECOR; Companhia Nacional de Abastecimento, CONAB; Programa de Aquisição de Alimentos, PAA; Associação CONVIVER no Sertão; FUNASA; Fundos rotativos; Conselho de Desenvolvimento Rural; Conselho de Saúde; Vínculo Solidário; Movimento Quilombola; Assistência de Saúde; Centro de Cultura Luiz Freire; Educação.</i></p>	<p><i>Capacitações; envolvimento direto da comunidade nos projetos nos quais faz parte; palestras que já participaram; viagens e troca de experiências; conhecimento; comunicação; acesso à água.</i></p>	<p><i>Não possuir uma sede para reuniões da associação; não haver um sistema de transporte que atenda a comunidade; acesso a políticas públicas; falta recurso para garantir reuniões entre as comunidades quilombolas; falta acompanhamento técnico; não ter acesso a meios mais rápidos de comunicação; falta de interesse dos jovens; desmotivação.</i></p>

No item **“facilita”** o grupo fez reflexões do que, embora ainda não seja uma prática consolidada na comunidade, percebem que facilitaria a articulação deste eixo como: acessar a mais projetos, maior interesse e participação entre os membros da comunidade; capacitações; acesso à água, especialmente nas terras de Posse; oportunidades e maior conscientização e participação dos jovens.

NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS

Existe	Facilita	Difículta
<p><i>Diversidade da produção agrícola; venda para o Programa de Aquisição de Alimentos; Feira Agroecológica; Programas Sociais (Bolsa Família); Agroamigo; Associação CONVIVER no Sertão; frutas e hortaliças; roças individuais; milho, feijão, abóbora; animais abatidos; organização das mulheres; projeto para galinheiros móveis; produção de caprinos; banco de sementes crioulas; PNAE; BNB; poço artesiano; bombas; cisternas.</i></p>	<p><i>Vendas para Companhia Nacional de Abastecimento, CONAB; feira livre; Associação CONVIVER no sertão facilita articulação dos agricultores; espaço na cidade para vendas; venda da produção pelo PNAE; acesso ao Banco do Nordeste; carroça de burro; bicicleta; empreendedorismo; chuva para aproveitamento de água boa; irrigação; fornecimento de sementes.</i></p>	<p><i>Procura de mercado; pessoas acreditarem no bem que nossos produtos fazem a saúde; não ter selo de garantia de qualidade orgânico; falta acompanhamento técnico em várias áreas; faltam embalagens para os produtos; difícil acesso à água de qualidade; carregar água no galão; faltam poço e abastecimento de água em Posse; há dificuldade para o transporte da produção.</i></p>



6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico

O painel sugerido como ferramenta para o mapeamento técnico propiciou a identificação de elementos que são prioritários à comunidade, obedecendo a eixos temáticos ou elementos que são determinantes ao desenvolvimento local de qualquer grupo social. Os itens 'Existe', 'Facilita' e 'Dificulta' expressos no painel permitem a identificação objetiva da composição do grupo em questão e suas relações com seu território, com ênfase aos recursos humanos e materiais existentes (Existe), potencialidades (Facilita) e fragilidades (Dificulta).

Este tipo de abordagem de pesquisa também promove a participação coletiva, com o grupo maior de participantes dividido em oito grupos menores, seguindo a ordenação dos eixos temáticos. O painel transitou por todos os pequenos grupos, possibilitando, assim, que todos os participantes contribuíssem com informações pertinentes relativas a cada um dos eixos temáticos.

Além do painel, relatos dos moradores foram sistematizados em relatórios técnicos da atividade e auxiliaram na análise e interpretação dos dados descritos no painel.

Nossas Águas e Usos

Na comunidade Feijão/Posse, as principais fontes de abastecimento de água são as cacimbas, cisternas e poços artesianos, além de um pequeno açude. Os poços apresentam água consideravelmente salobra e, por isso, as cisternas constituem a principal fonte de abastecimento para o consumo humano. Os moradores ressaltam que há necessidade de se implantar uma gestão adequada desse recurso que, segundo eles, é mal dimensionado. Há também moradias que não são ligadas à rede de abastecimento de água.

Nosso Lixo

Existem ações locais para gestão mais adequada dos resíduos, como a venda de metais para proprietários de 'ferro-velho', reaproveitamento de garrafas do tipo PET e mutirões de limpeza realizados pelos moradores. Também ocorrem palestras e reuniões voltadas ao tema. Porém, não há serviço de coleta de resíduos por parte da Prefeitura Municipal de Mirandiba e a comunidade encontra-se próxima ao 'lixão' municipal. Ainda praticam a incineração e o soterramento dos resíduos, considerados comuns e como a melhor alternativa por muitos moradores.

Nossa Saúde

A comunidade procura investir em práticas alternativas para promoção da saúde local, como medicamentos caseiros elaborados a partir de plantas da Caatinga e a alimentação orgânica. Organizam-se por melhorias no sistema público, com moradores participando



de conselhos municipais e promovendo discussões sobre as necessidades locais. Relatam que não há médicos ou dentistas que visitem os moradores, apenas agentes comunitários de saúde. Solicitam junto à secretaria municipal exames básicos, acompanhamento mais frequente dos agentes de saúde e acompanhamento específico para gestantes, idosos e realização de exames para diagnóstico de anemia falciforme.

Nosso Meio Ambiente

Apesar de possuírem hábitos que promovam a sustentabilidade local, como práticas em agroecologia e mutirões de limpeza, os moradores ainda praticam desmatamento e queimadas desordenadas e lidam com problemas relacionados aos resíduos gerados. Segundo os comunitários, a poluição é um problema da comunidade, principalmente relacionada ao solo e à água. A ausência de serviços de saneamento básico também contribui negativamente para a conservação dos recursos locais.

Nossa Educação e Cultura

Em Feijão/Posse há uma escola, a Escola Municipal Porfírio Gomes de Souza, que oferece aos alunos os ensinamentos infantil e fundamental, com turmas multisseriadas até o 6º ano. O restante dos estudantes da comunidade dirige-se a escolas da sede do município. A comunidade promove a cultura e tradições locais a partir de danças, músicas, artesanatos, pinturas e religiosidade. A Dança de São Gonçalo, o Toré, o Coco e o Xangô também são citados como as principais manifestações culturais relacionadas às tradições da comunidade. Os grupos religiosos formados na comunidade também exercem grande força em sua organização social.

Nossa Comunicação

Os veículos de comunicação mais utilizados são o rádio, a televisão e aparelhos de telefone celular. Também possuem o hábito de se comunicarem por bilhetes, cartas e o tradicional 'boca a boca'. Os moradores acreditam que a instalação de um telefone público e a aquisição de equipamentos de informática para a escola auxiliaria no desenvolvimento da comunicação comunitária.

Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras

Como movimentos sociais e parcerias estabelecidas, são citados: a Associação Quilombola de Feijão/Posse; a ActionAID; o Fórum de Mulheres; a Casa da Mulher do Nordeste; o IRPA-PE; a EMBRAPA; a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade; a SEPPPIR; o SECOR; a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); a Associação CONVIVER no Sertão; a FUNASA; o Conselho de Desenvolvimento Rural; o Conselho de Saúde; o Vínculo Solidário; o Centro de Cultura Luiz Freire e o Movimento Quilombola. A comunidade é bem articulada em relação a



outros grupos sociais e órgãos públicos e isso se deve principalmente à parceria e apoio firmados com a Associação CONVIVER no Sertão, que trabalha em prol dos direitos das comunidades quilombolas da região.

Nossos Arranjos Produtivos

A agricultura em Feijão/Posse é diversificada e com forte tendência à agroecologia, implantada de forma contundente. A comercialização ocorre na feira agroecológica do município e diretamente à CONAB. Os agricultores locais também se articulam com outros produtores da região. As principais dificuldades enfrentadas estão relacionadas à aquisição de embalagens e um selo específico para a comercialização de produtos orgânicos, um transporte adequado, acompanhamento técnico, e disponibilidade de água de qualidade para a produção.

A seguir, fotos representando a comunidade:



Foto 01. Moradia da comunidade construída a partir de parceria da FUNASA com o Ministério da Integração Nacional (PISF).



Foto 02. Principal terreiro da comunidade e imagem da Escola Municipal Porfírio Gomes de Souza ao fundo.

6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social

A oficina de mapeamento social e sua consequente elaboração de mapas buscou levantar e socializar conhecimentos e compreensões do grupo participante da ação, sobre sua vida e sua região. Os mapas sociais elaborados pelo grupo são produtos de um processo minucioso de análise socioambiental do ambiente em que estão inseridos, onde os valores materiais e imateriais comuns a todos são identificados e expressos na forma de desenho, elementos essenciais na configuração de um território.

O mapa social atua na perspectiva do olhar comum, coletivo, sobreposto aos anseios e desejos de um grupo social. É uma representação subjetiva dos processos de ocupação de uma área e das redes de inter-relações que se criaram sob esse ambiente ao longo do tempo. O território quilombola se difere dos demais não pelas características físicas deste, mas pelos sinais históricos e culturais ali presentes, sendo a reprodução cultural e o resgate histórico as principais características que o torna um ambiente único.



Em um dos mapas elaborados pelo grupo, foram indicados os limites territoriais a partir das propriedades situadas no entorno da comunidade, a sede do município de Mirandiba e também aspectos naturais como a caatinga e as árvores de angico, estes últimos sendo apresentados como pontos de referência da comunidade. O 'lixão' situado em frente à comunidade também foi destacado nos desenhos. Aspectos sociais, simbólicos e afetivos foram representados por uma ciranda, pessoas sentadas em frente as suas casas e crianças pulando corda, atividades consideradas como símbolos socioculturais da comunidade.

No outro mapa, foram destacadas as moradias construídas recentemente a partir de programa governamental, quando antes eram feitas a partir da técnica de taipa e agora são de alvenaria. Além disso, foram representadas a caixa d'água principal, dois açudes, os poços e as cisternas.

A seguir, os mapas elaborados durante a Oficina de Mapeamento Social:



Foto 03. Mapa social elaborado por um grupo de moradores.



Foto 04. Mapa social elaborado durante a Oficina.

6.2.1. Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social

Os limites territoriais, as condições de moradia e as fontes de abastecimento de água são elementos marcantes nos dois mapas sociais elaborados, demonstrando as estruturas prioritárias ao desenvolvimento da comunidade e sua relação com o território como meio de sobrevivência, desde a sua formação. Elementos imateriais também receberam um destaque especial, pois representam símbolos de interação social e coletividade e, ainda, a perpetuação da cultura e tradição dos quilombolas para os mais jovens, segundo os moradores.

6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva

Na ocasião, foi destacada a relevância da atividade para a confirmação da veracidade das informações fornecidas, e o conseqüente autoconhecimento da comunidade para ações futuras dos Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental.



Dados coletados durante as fases de mapeamento técnico, mapeamento social e questionário socioambiental foram novamente socializados, como forma de estimular o grupo a refletir sobre os produtos finais elaborados. Os eixos temáticos do mapeamento técnico foram priorizados recebendo maior destaque, por possuírem um número maior de informações.

Os gráficos gerados por meio do questionário socioeconômico também foram socializados em projeção audiovisual, assim como os mapas sociais elaborados, reafirmando as informações do mapeamento técnico e assim eliminando uma possível fragilidade deste tipo de pesquisa, quando se distancia da equipe de pesquisadores como atividade de alternância. Os membros da comunidade validaram as informações referentes a estas fases do mapeamento.

Apresentou-se então a proposta de capacitações do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para validação dos temas selecionados para a intervenção. O grupo de moradores presente optou por suprimir a Oficina de Apicultura, alegando que já realizaram atividade similar. A proposta de capacitações do Plano foi validada conforme segue:

- Oficina de Associativismo e Cooperativismo;
- Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Socioprodutivos;
- Oficina de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Oficina de Agricultura Orgânica e Agrofloresta;
- Oficina de Reflorestamento, Implantação e Gestão de Viveiros;
- Oficina de Beneficiamento de Frutas Nativas da Caatinga;
- Oficina de Artesanato;
- Oficina de Criação de Animais de Pequeno e Médio Porte;
- Oficina de Comercialização e Divulgação e Produtos;
- Oficina de Planejamento Estratégico;
- Oficina de Empreendedorismo.

6.4. Pesquisa Socioeconômica

A partir da aplicação e recolhimento dos questionários, os dados foram sistematizados em textos e gráficos, conforme a objetividade ou subjetividade de cada questão. Dados referentes à faixa etária da população, educação, fonte de renda e arranjos produtivos

foram expressos, além da contextualização, na forma de gráficos. A análise dos dados obtidos foi realizada tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, confrontando-os com relatos dos moradores registrados durante as oficinas realizadas.

6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade

Localização e Origem da Comunidade

A comunidade quilombola Feijão/Posse está localizada no município de Mirandiba, estado de Pernambuco. Seu acesso é dado pela rodovia estadual PE-425, que liga Mirandiba ao município vizinho de Carnaubeira da Penha, e seguindo por alguns quilômetros de estrada não pavimentada, distante 4 (quatro) quilômetros da sede do município.

A seguir, imagem representando três gerações da comunidade:



Foto 05. Família de moradores de Feijão/Posse, representada na imagem por três gerações.

Segundo relatos dos moradores, o início do desenvolvimento da comunidade se deu a partir da chegada à região do Sr. Manuel Porfírio Gomes. Sr. Manuel era negro e percorreu a região desde a Serra do Arapuá (município de Carnaubeira da Penha, território indígena Pankará), Serra de Umãs (município de Salgueiro, território indígena Atikum), e Conceição das Crioulas (município de Salgueiro, território quilombola), fixando-se no município de Mirandiba.

Existiam em Mirandiba duas grandes fazendas, cujos proprietários vizinhos viviam em conflitos pela demarcação de terra. Segundo os moradores, a fazenda Posse, onde foi fundada a comunidade Feijão/Posse, era propriedade de Sr. Clávio de Menezes, vizinho à fazenda Quixabeira, propriedade do Sr. Joaquim Bezerra. No ano de 1963, Sr. Joaquim Bezerra, conhecido por 'Seu' Quinquinha, ofereceu a Porfírio Gomes de Souza, filho de Sr. Manuel Porfírio Gomes e Sr^a. Jacinta Teodora da Conceição, um lote de sua fazenda, o qual aceitou a proposta e comprou 46 (quarenta e seis) hectares de terra. O dinheiro arrecadado para essa compra foi a partir da venda de sacas de feijão e de suas criações.

Após a negociação, Porfírio, conhecido por Jibóia, foi questionado pelo Sr. Clávio de Menezes, que alegou que a terra vendida fazia parte de sua propriedade e que o 'Seu' Quinquinha não poderia ter realizado a transação. Os relatos da comunidade enaltecem a diplomacia de Porfírio: "O véi Clávio ficou ruim com Jibóia, mas ele era muito educado e resolveu a questão na conversa, e a rixa ficou entre o véi Quinquinha e o véi Clávio", relata o Sr. Raimundo Gomes de Souza, um dos mais antigos moradores da comunidade. E assim foi fundada a comunidade Feijão/Posse, no alto da Serra da Gia, na fazenda Posse.

O nome da comunidade é uma referência ao córrego Feijão, riacho intermitente que marca a delimitação geográfica entre as duas vilas, Feijão e Posse. O riacho, por sua vez, recebe este nome pela abundância da planta nativa conhecida por feijão bravo que havia em suas imediações. A comunidade também tinha o hábito de plantar feijão de corda nas terras mais férteis situadas ao longo do córrego. Hoje, consideram Feijão e Posse como uma única comunidade, e no processo de reconhecimento como comunidade quilombola também houve unificação das duas localidades.

As motivações que culminaram na territorialização, os locais de procedência de seus primeiros habitantes, as identidades étnicas dos grupos envolvidos, revelam uma forte influência da busca por mudanças das relações de trabalho dessa população em seu território.

Ressaltam a importância de trabalharem em suas roças como princípio de autonomia, não tendo que trabalhar para terceiros. Utilizam a terminologia 'trabalho de alugado' quando se referem ao trabalho terceirizado, ao qual atribuem relações de subjugação na relação trabalhista, trabalhando para receber em troca apenas moradia e alimentação. Atualmente, algumas famílias trabalham em roçado alheio a fim de complementar a renda familiar, especialmente em épocas de estiagem.

A melhoria da qualidade de vida na comunidade é atribuída à busca por articulação social e institucional que vem se traduzindo em benfeitorias estruturais, aumento da autoestima, empoderamento e engajamento político por parte da comunidade. A moradora e liderança local, Maria José de Souza Silva, informa que faz parte da história da comunidade a busca por articulação institucional e alternativas econômicas, relatando que seu avô, 'Jiboia', já os ensinava a buscar créditos para a produção agrícola.

Os comunitários de Feijão/Posse são descendentes da família de Sr. Porfírio Gomes de Souza e Sr.^a Jacinta Teodora da Conceição, fundadores da comunidade, e ainda possuem íntimas relações de parentesco. Os comunitários que vieram de outras localidades próximas, em sua maioria, têm como motivações a migração devido aos matrimônios ocorridos entre moradores da região. Também há uma pequena parcela de moradores que chegaram à região por outras motivações, fixando-se e ali estabelecendo vínculos sociais.

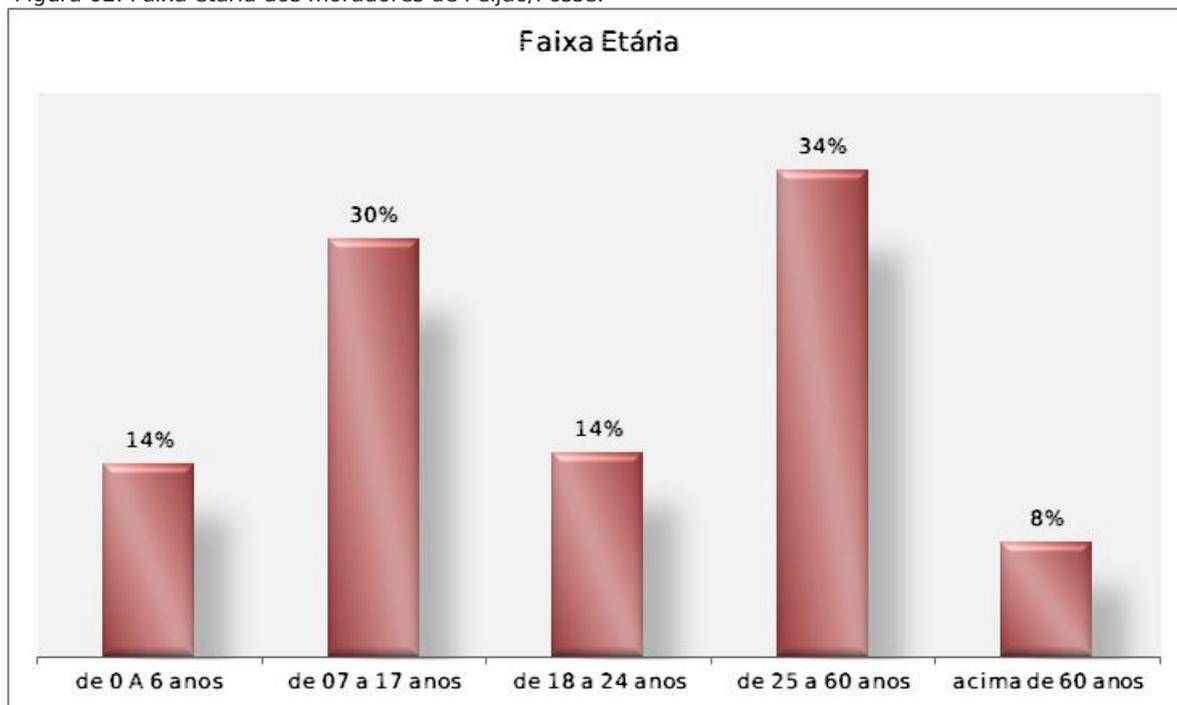


População

A comunidade Feijão/Posse é composta por 33 (trinta e três) famílias e 127 (cento e vinte e sete) moradores. O perfil populacional demonstra que esta comunidade apresenta uma parcela, predominantemente, jovem e adulta, conforme dados coletados nos questionários socioeconômicos.

A faixa etária da população é demonstrada no gráfico a seguir:

Figura 02. Faixa etária dos moradores de Feijão/Posse.



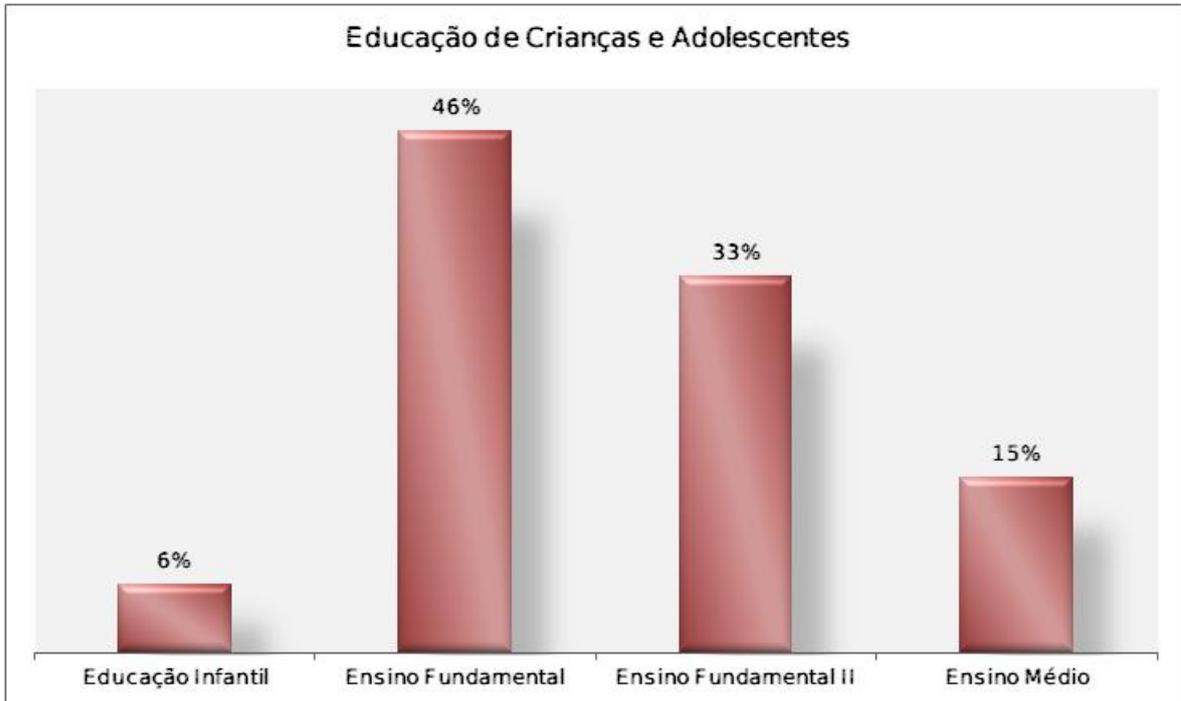
Educação

A Escola Municipal Porfírio Gomes de Souza oferece educação infantil e o ensino fundamental I (1º ao 6º ano), com os alunos agrupados em turmas multisseriadas. Outros estudantes da comunidade deslocam-se à sede do município de Mirandiba.

Quanto ao nível de escolaridade dos moradores, percebe-se que mais da metade das crianças e adolescentes cursam entre a educação infantil e o ensino fundamental I. Já em relação aos adultos, observa-se um alto índice de analfabetismo, aproximadamente 15% desta faixa da população. Em contrapartida, cerca de 10% dos adultos estão matriculados no programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), fato incomum para esta faixa etária.

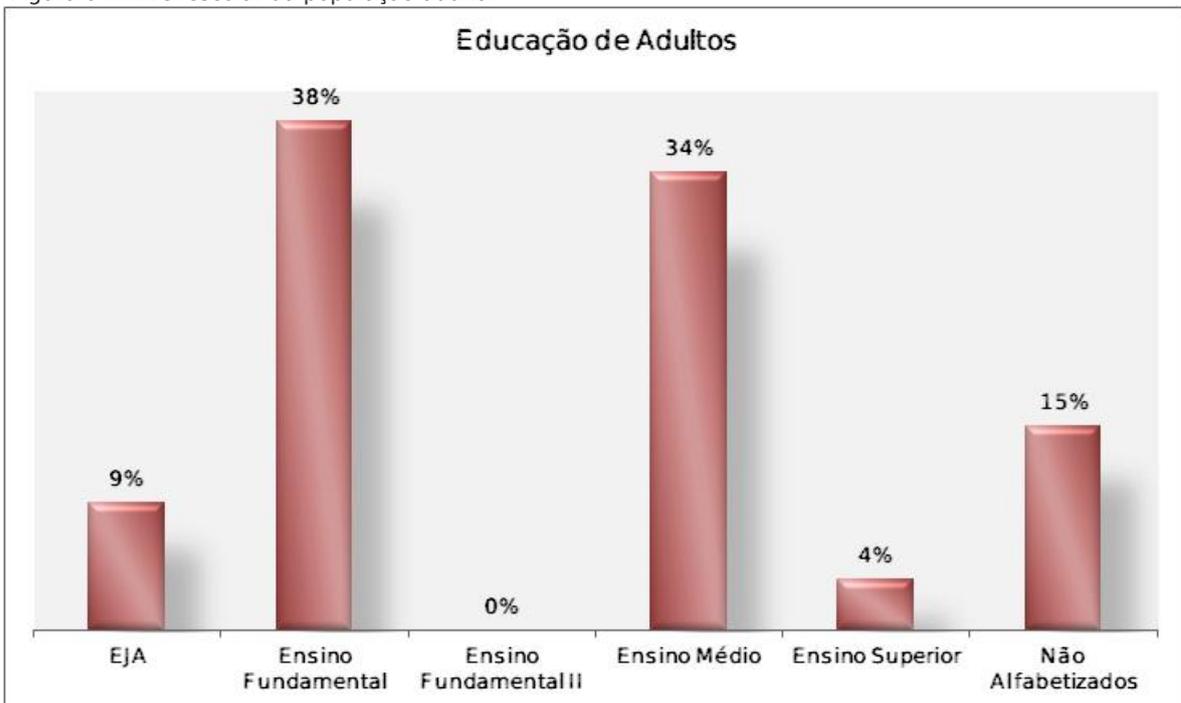


Figura 03. Nível escolar de crianças e adolescentes.



A seguir, o gráfico demonstra a escolaridade da população adulta:

Figura 04. Nível escolar da população adulta.



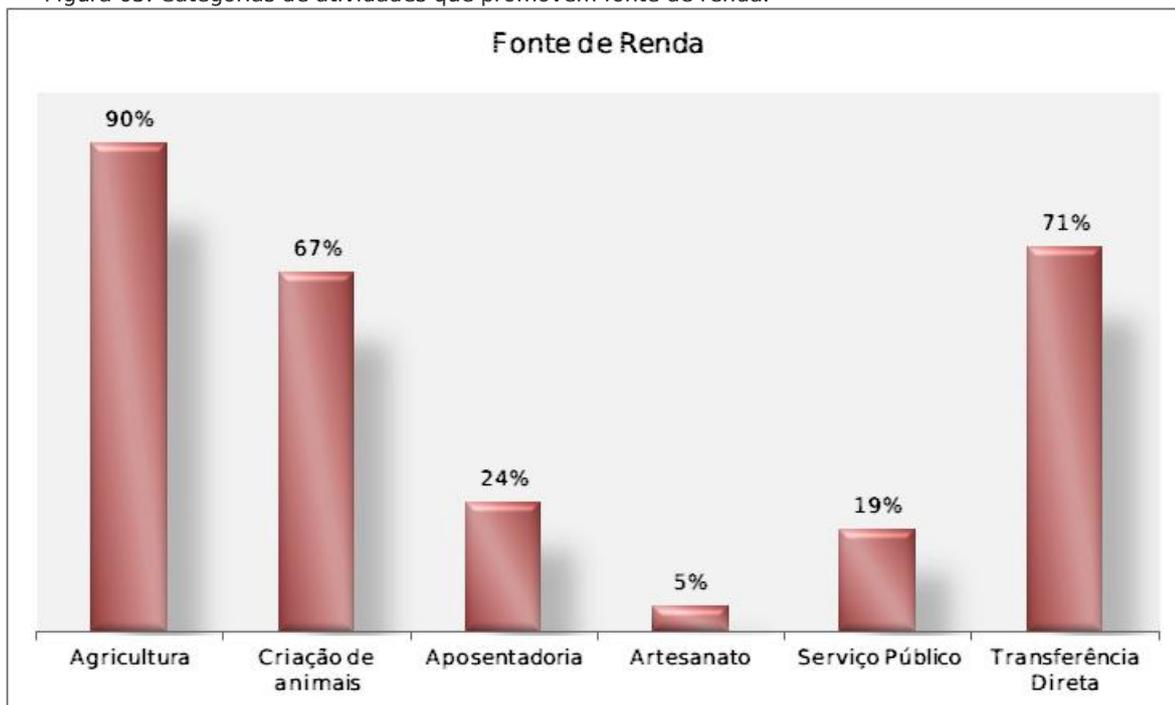
Fonte de Renda

As atividades produtivas existentes na comunidade atendem, prioritariamente, ao sustento das famílias e se baseia na agricultura familiar e na criação de animais. A renda proveniente de aposentadoria, assim como de programas de transferência direta compõem parcela significativa da renda local. Das famílias entrevistadas, 71% afirmam

receber auxílio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) do Governo Federal, e participam, também, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portanto, quase 30% das famílias não possuem acesso a esses recursos, sendo a falta de informação o fator limitante do acesso por parte dessas famílias.

O gráfico a seguir demonstra as principais fontes de renda em Feijão/Posse:

Figura 05. Categorias de atividades que promovem fonte de renda.



Manifestações Culturais

A cultura de Feijão/Posse se mantém viva por meio da oralidade e de suas práticas ligadas à história e tradição dos quilombolas. Histórias e danças são transmitidas e mantidas de gerações a gerações, e delas dependem para manter viva a história da comunidade. Atualmente, os moradores vivem um momento de maior valorização cultural e de sua identidade, devido ao fortalecimento do grupo como comunidade quilombola e articulações com outros grupos sociais. Acreditam que os moradores mais velhos são referências para manutenção de suas tradições. O Toré e o Xangô são considerados rituais importantes na história da comunidade, outrora associados às práticas religiosas e hoje pouco praticados.

A comunidade de Feijão/Posse também tem no 'samba de coco' e na 'dança de São Gonçalo' representações marcantes de sua cultura, assim como uma culinária típica.

As manifestações relacionadas à religiosidade são marcantes, como os novenários, o Terço dos Homens e das Mulheres, e o Terço de Mãe Rainha. Em janeiro são festejadas as



novenas de São Sebastião, com uma imagem que pertence à comunidade a mais de cem anos.

As construções de taipa fazem parte do patrimônio cultural da comunidade, técnica considerada eficiente, que garante a autonomia da construção e mantém os movimentos culturais a ela associados. Um fator negativo para este tipo de construção é que facilita a incidência do inseto barbeiro, ou 'bicudo' como é chamado na região, inseto que pode causar a doença de Chagas. A primeira casa da comunidade foi construída com esta técnica, possuía nove cômodos, e abrigou a família do Sr. Porfírio (Jibóia). Com a substituição das casas de taipa por casas de alvenaria, esta configuração foi alterada.

Organização Comunitária e Movimentos Sociais

A comunidade passa por um processo crescente de politização refletido no crescente engajamento e articulação institucional. As relações institucionais entre a Associação Quilombola de Feijão/Posse com instituições parceiras fomentaram a melhoria ao acesso a água na comunidade com reflexos positivos na qualidade de vida. Hoje possuem hortas comunitárias, irrigação para agricultura e fruticultura, o que possibilita a sua participação efetiva junto ao Programa de Aquisição de Alimentos, Programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Além disso, hoje a comunidade atua como parceira de outras entidades como: a Casa da Mulher do Nordeste; ActionAID; Fórum de Mulheres; IRPA-PE; EMBRAPA; SEPIR; SECOR; Companhia Nacional de Abastecimento, CONAB; Programa de Aquisição de Alimentos, PAA; Associação CONVIVER no Sertão; FUNASA; Ministério da Integração Nacional, Fundos Rotativos; Conselho de Desenvolvimento Rural; Conselho de Saúde; Vínculo Solidário; Movimento Quilombola; Assistência de Saúde; e Centro de Cultura Luiz Freire.

Dentre estes parceiros, vale ressaltar o trabalho da Associação CONVIVER no Sertão, pautado em ações que promovem os direitos deste tipo de comunidade tradicional e que movimentam a economia solidária, não só na comunidade de Feijão/Posse, mas também com outras comunidades quilombolas de Mirandiba e pequenos produtores rurais da região.

A comunidade está engajada também nas questões de gênero, compondo o Fórum de Mulheres de Pernambuco e fazendo parte da ONG Casa da Mulher do Nordeste, entidade que propõe ações produtivas e políticas com mulheres pobres do Nordeste, visando à igualdade de gênero.

A organização da comunidade de Feijão/Posse tem sido referência para as demais comunidades quilombolas de Mirandiba, que, por sua vez, tem referência e suporte junto à comunidade quilombola Conceição das Crioulas, localizada no município de Salgueiro. Desse modo, está se formando uma rede de cooperação entre as comunidades quilombolas da região, fortalecendo o movimento quilombola em Pernambuco.

Relacionam a dificuldade de movimentação dentro do município como desafio para a articulação das comunidades quilombolas de Mirandiba e ressaltam a necessidade de fomentar ações conjuntas entre as comunidades, a realização de encontros entre elas e a proposição de eventos de articulação conjuntos. Atribuem a dificuldade de transporte e mobilidade às más condições das estradas e a falta de transporte público.

As principais instâncias de participação da comunidade são os grupos religiosos, a Associação Quilombola Feijão/Posse, o Conselho de Desenvolvimento do Município e o Conselho de Saúde Municipal.

Regularização Fundiária

Identificam-se como comunidade quilombola, certificada como tal pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2005. A partir do reconhecimento, foi contratada uma empresa para elaboração de relatórios antropológicos, produtos que subsidiarão o processo de regularização fundiária por parte do órgão competente, o INCRA.

Instituições Parceiras e Projetos de Desenvolvimento Local

A comunidade teve acesso a capacitações em gestão produtiva e a recursos que possibilitaram a aquisição de uma câmara frigorífica e de todo maquinário necessário para o beneficiamento de frutas em polpas congeladas, a partir de parceria com a Associação CONVIVER. Este maquinário é utilizado de maneira coletiva por muitas comunidades em Mirandiba e fica instalado na sede da Associação.

A Associação Quilombola Feijão/Posse está em fase de implementação de um projeto de criação de animais, galinheiros móveis para geração de renda pelo abate e venda de ovos. Este projeto é viabilizado pela parceria com a Casa da Mulher do Nordeste.

A comunidade firmou uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade para implantação do projeto "Sementes Crioulas", iniciativa da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com o apoio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) e associações quilombolas do Sertão de Pernambucano. Para tanto, começaram a construção do viveiro de mudas que contará, também, com um banco de sementes.

Hoje a comunidade se organiza para implementação de projetos de caprinocultura, criação de galinhas e produção de mudas, esta última associada à produção de sementes.

A comunidade Feijão/Posse é engajada no movimento quilombola estadual, e por meio de suas articulações institucionais tem tido a oportunidade de conhecer diferentes iniciativas de produção e gestão comunitária e tem repercutido de maneira positiva na comunidade.



Demonstram interesse em atividades e propostas que fomentem a formação técnica da população, pautadas na economia solidária e em práticas e métodos de agroecologia.

Distribuição Espacial e Formas de Uso da Terra

O território de Feijão/Posse faz limite ao norte com a propriedade de Sr. Geraldo Bezerra, estando neste sentido, também, a sede do município de Mirandiba; ao sul, limita-se com a comunidade Mulatos e a fazenda Rufina; a leste faz divisa com a propriedade da Sra. Lillian Campos (herdeira da fazenda Quixabeira); a oeste com as propriedades do Sr. Antônio Rodrigues de Barros e do Sr. Amauri, a fazenda Jardim.

Pode-se observar que as moradias se distribuem ao longo da estrada não pavimentada que segue a partir da rodovia estadual PE-425 para a vila Feijão por 2 (dois) quilômetros até chegar à vila Posse. As casas estão dispostas de maneira circular em ambas as vilas, formando núcleos centrais que se configuram como áreas comuns. Na entrada da comunidade está situado o 'lixão' do município, motivo de preocupação devido às consequências ambientais causadas por estes resíduos.

A comunidade utiliza as terras para o roçado de maneira individual, embora também possuam hortas comunitárias. A maioria das roças fica próximo das moradias e seu manejo é feito pela família proprietária. Delimitam geograficamente o território, que se constitui não só das áreas habitadas e utilizadas para o roçado como também áreas do entorno, pois representam fontes de recursos que os moradores utilizam para diversos fins. A posse da terra leva em consideração aspectos simbólicos, culturais, a história comum, e o grau de parentesco mantido entre os comunitários.

De acordo com Araripe e Nascimento, 2008, a área de 42 (quarenta e dois) hectares do território onde vive a comunidade de Feijão/Posse não mais atende às necessidades de sobrevivência da população. No ano de 2000, a comunidade iniciou a luta pelo direito de ampliação do território, quando os descendentes do Sr. Porfírio passaram a reivindicar o terreno onde está situada a vila Posse, local onde se estabeleceu com sua família e a sustentava cultivando a terra.

Para tratar das questões locais referentes à água, é importante elucidar como o aspecto territorial influencia no abastecimento da comunidade. Segundo eles, Feijão/Posse sempre foi um único território, no entanto, historicamente, se instalou uma fazenda entre as duas vilas dividindo fisicamente a comunidade. Situação a que a comunidade atribui limitações na colheita de recursos da Caatinga que antes eram acessados livremente e maiores percursos empregados para buscar água, no caso dos moradores da vila Posse.

Na vila Feijão está localizada a igreja, a escola da comunidade e o principal poço para abastecimento de água. Na vila Posse está situado o açude. Atualmente as técnicas de construção utilizadas são a taipa e a construção com alvenaria. A comunidade relata que, associada à construção taipa, estão atrelados movimentos culturais e sociais importantes



para a vida comunal. Isto porque as casas de taipa eram construídas de maneira coletiva, em mutirões. E, como uma tradição local, geralmente ocorre uma confraternização que o novo dono da casa promove ao final da construção.

O calendário agrícola de Feijão/Posse está ligado diretamente à incidência de chuvas, ou ao inverno como é chamado, e por isso nos últimos anos a produção foi comprometida devido ao longo período de estiagem e chuvas irregulares que assola a região.

A seguir, imagens representando a comunidade:



Foto 06. Principal poço de abastecimento da comunidade.



Foto 07. Evidência de processo erosivo em parte do solo da comunidade, próximo ao 'lixão'.

Expectativas da Comunidade

A comunidade almeja pelo aprofundamento e compreensão de alguns temas, como:

- Manejo adequado do solo;
- Adubos orgânicos, compostagem/agricultura orgânica;
- Sistemas Agroflorestais;
- Poda seletiva e podas de frutificação;
- Criação de abelhas;
- Manejo de animais;
- Fontes alternativas de captação e tratamento de água;
- Gestão da água;
- Técnicas de irrigação;
- Artesanato com couro de bode e bijuteria;
- Corte e costura; ponto de cruz e bordado;
- Culinária;



- Desidratação e beneficiamento de frutas;
- Educação em saúde;
- Fitoterapia;
- Ofícios da área de construção, pintura e marcenaria;
- Gestão de resíduos sólidos
- Cultura e História Quilombola;
- Música;
- Pintura.

Arranjos Produtivos

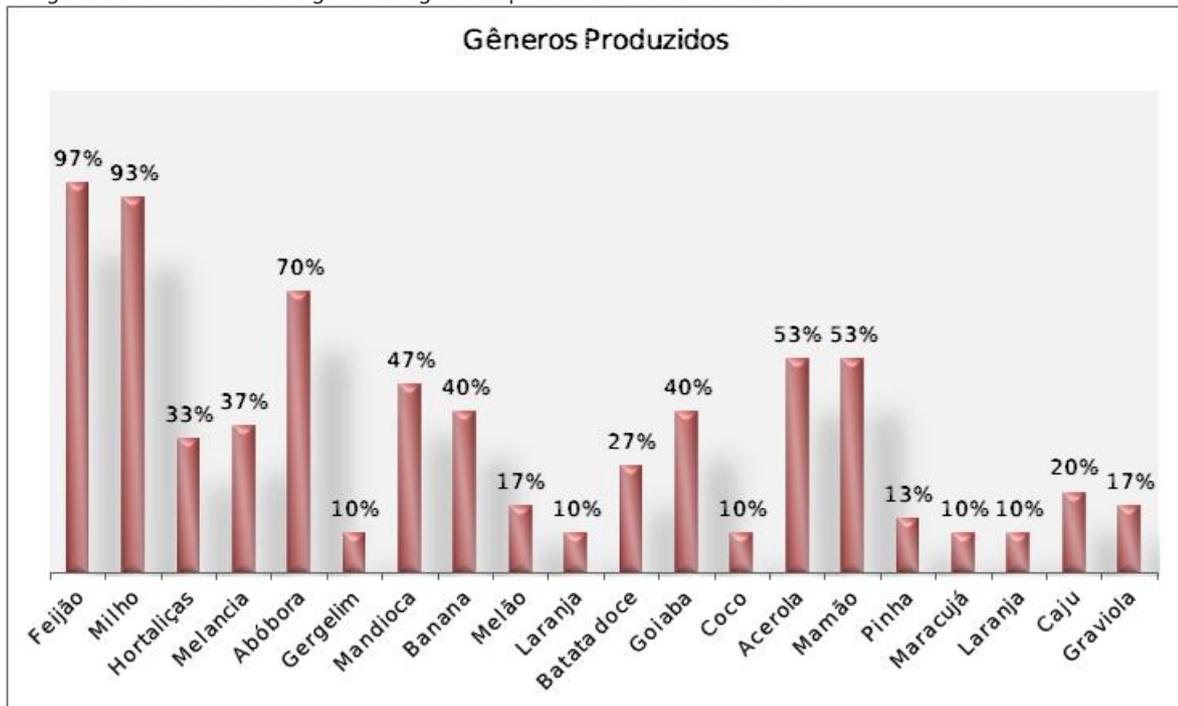
Desde a sua formação, a comunidade tem como principal atividade a agricultura familiar. A produção gera pouco excedente, o qual é comercializado na própria comunidade, entre comunidades vizinhas, na feira local e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os gêneros de maior representatividade econômica e que garantem a base alimentar da comunidade são o milho e o feijão, seguidos da abóbora e da mandioca.

Com a melhoria do acesso à água, a comunidade deu início à implantação de hortas comunitárias de manejo agroecológico, sem a utilização de defensivos químicos. Além disso, algumas famílias da vila Feijão conseguem se beneficiar da irrigação para o cultivo de algumas espécies frutíferas como acerola e mamão, além de outras culturas de ciclos curtos como melão, melancia, gergelim e batata doce. As frutas são processadas, em parceria com a Associação CONVIVER no Sertão, sendo beneficiadas em polpas e, então, comercializadas. Por intermédio desta parceria a comunidade teve acesso a cursos de formação em agroecologia e começa a implantar sistemas orgânicos de cultivo pautados nestas técnicas de produção.

A seguir, o gráfico representa a produção agrícola em relação com o percentual de famílias:



Figura 06. Diversidade de gêneros agrícolas produzidos na comunidade.



Uma das áreas prioritárias para o plantio é o entorno do açude localizado na vila Posse. À medida que o açude vai diminuindo seu volume de água, a comunidade segue as áreas antes alagadas cultivando diversos gêneros agrícolas.

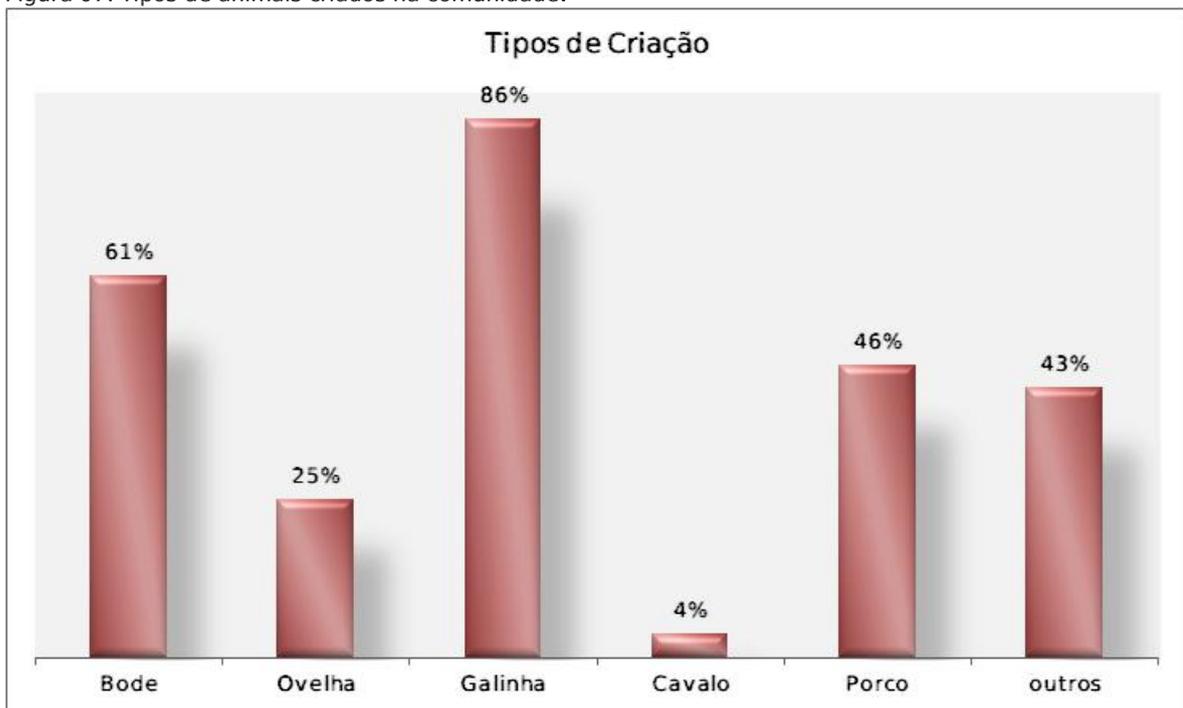
A comunidade iniciou, no ano de 2011, um projeto por meio de parceria firmada entre a Associação local, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade (SEPPIR), para implantação do banco de sementes 'Sementes Crioulas', com o apoio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) e do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF). A iniciativa é inédita até então entre as comunidades quilombolas de Mirandiba.

Além da agricultura familiar, o grupo desenvolve a criação de animais, que atende ao consumo e a pequenas negociações locais como uma alternativa de renda. Destacam-se as criações de caprinos e galinhas, criadas por cerca de 90% das famílias. Os caprinos pastam soltos na Caatinga, sendo recolhidos ao final do dia. Para esta atividade a população necessita de áreas livres de cercado para pastagem. As criações de animais de pequeno e médio porte têm grande representatividade local, sendo criadas nos quintais. Além de prover a base alimentar e pequenas negociações, os animais ajudam no trabalho do roçado e também como meio de transporte.

A seguir, o gráfico representa os tipos de criação existentes na comunidade:



Figura 07. Tipos de animais criados na comunidade.



6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica

Saneamento Básico

- Fontes de Abastecimento de Água

O acesso à água melhorou nos últimos anos em decorrência das parcerias firmadas entre a associação local, órgãos públicos e ONGs, e, principalmente, a partir do acesso a políticas públicas como o Programa Um Milhão de Cisternas, do Governo Federal. Além das cisternas, a comunidade conta com cacimbas, seis poços perfurados e um açude localizado na vila Posse.

A comunidade capta das cisternas a água de melhor qualidade para consumo humano, já que a água dos poços é salobra e não recebe tratamento adequado, sendo apenas clorada pelos próprios comunitários. Em períodos de estiagem mais longos, a captação de água de chuva fica comprometida, assim como a qualidade da água que consomem. E, embora a maioria das casas possuam cisternas, há ainda casas sem este benefício. Os moradores ainda dependem de carro pipa que são fornecidos pela Prefeitura Municipal de Mirandiba.

Além das cisternas, um poço de 60 (sessenta) metros foi perfurado a partir do Programa Vínculo Solidário, parceria entre a Associação CONVIVER no Sertão e ActionAID. Este poço representa a principal fonte de abastecimento e irrigação de alguns roçados da vila Feijão. Há distribuição da água desse poço para algumas casas, e a comunidade almeja a instalação de uma adutora com capacidade de contemplar todas as habitações.

Embora o acesso a este recurso tenha melhorado significativamente, a distribuição não ocorre de forma igualitária. Os poços estão situados na vila Feijão, distante 2 (dois) quilômetros da vila Posse. Esta última tem no açude sua principal fonte de abastecimento, contando também com um único poço cujas estruturas encontram-se comprometidas. Em períodos de estiagem o açude de Posse seca e os moradores têm dificuldades para o acesso a água, não só para consumo, mas também para a agricultura. A água costuma ser um tanto salobra e racionada nessas ocasiões.

A comunidade ressalta a necessidade de intervenções educativas relacionada ao uso e gestão das águas. Relacionam a má gestão do açude, entre outros aspectos, como fator que dificulta o acesso aos recursos.

- Efluentes Domésticos

Não há saneamento básico em Feijão/Posse. A maioria das casas da comunidade foi construída a partir da taipa e foram substituídas por casas de alvenaria por meio do programa governamental, como já citado anteriormente. Estas casas possuem infraestrutura de banheiro, mas apresentam as mesmas dificuldades encontradas em outras comunidades quilombolas onde foram instalados os *kits* sanitários. Devido à escassez de água para acionamento da descarga e manutenção, os sanitários geralmente ficam inutilizados.

As casas que foram substituídas possuem fossas negras, para onde são encaminhadas águas negras e cinzas, porém, muitos efluentes ainda são despejados aleatoriamente nos terreiros e quintais.

- Coleta e Destinação do Lixo

A comunidade está situada próxima ao 'lixão' do município, que é visualizado na estrada que dá acesso. Assim como nas demais comunidades rurais de Mirandiba, não há gestão municipal dos resíduos produzidos. Preocupados com a morte de animais pela ingestão de plástico e com a contaminação das cacimbas e do açude onde armazenam água, os próprios moradores iniciaram um processo educativo sobre o tema com os jovens da comunidade, e têm estendido as ações para as comunidades quilombolas vizinhas.

Promovem mutirões para coleta dos resíduos a fim de deixar os espaços comuns do terreiro e em volta das casas limpos, e durante a atividade momentos de debates e reflexão não só sobre a gestão do lixo, mas também sobre o consumo sustentável.

Não há transporte específico ou disposição final adequada de seus resíduos. Desse modo, a incineração se constitui como prática cotidiana na localidade, enquanto os resíduos de origem orgânica são reaproveitados para a alimentação animal.

A comunidade relaciona a falta de saneamento básico às condições de riscos socioambientais, especialmente em relação à saúde da população. Relatam o uso



inadequado do açude localizado em Posse, o descaso com os resíduos gerados e a falta de informação sobre uma gestão mais adequada.



Foto 08. Efluentes domésticos sem rede adequada de tratamento, sendo despejados em um dos terreiros da comunidade.



Foto 09. 'Lixão' do município, localizado próximo à comunidade.

Energia Elétrica

Na comunidade Feijão/Posse todos os domicílios possuem acesso à rede de energia elétrica.

Saúde

O atendimento médico oferecido pelo Programa de Saúde da Família (PSF) é realizado no posto de saúde localizado na sede do município de Mirandiba, o PSF Quilombola Juazeiro Grande. A comunidade é assistida pelas visitas regulares de agentes comunitários de saúde.

Assim como em outras comunidades quilombolas da região, casos de doença de Chagas são recorrentes, porém, o número de notificações tem diminuído substancialmente devido à substituição de casas de taipa por casas de alvenaria.

A comunidade conta com um grupo de mulheres que integram o Conselho Municipal de Saúde, e cuja luta, atualmente, inclui a reivindicação à prefeitura para criação de um mecanismo de assistência e triagem para exames de anemia falciforme junto à população negra de Mirandiba.

As plantas medicinais da Caatinga foram citadas como recursos frequentemente utilizados no tratamento de doenças, e às benzedadeiras, segundo os relatos, foi atribuído o tratamento de doenças físicas e espirituais.

Educação

A Escola Municipal Porfírio Gomes de Souza oferece o ensino infantil até o 6º ano, com turmas multisseriadas. Para dar continuidade à vida escolar os jovens devem se dirigir às

escolas situadas na sede de Mirandiba. O transporte é feito com o carro da própria comunidade, que é alugado pela prefeitura para este serviço.

A educação local é extremamente valorizada pela comunidade, que acredita ser a principal ferramenta de transformação e desenvolvimento social. As atividades promovidas pela associação local geralmente possuem um caráter educativo, mesmo que voltadas às questões produtivas ou ao próprio associativismo.

Como a Associação Quilombola Feijão/Posse não dispõe de uma sede, as reuniões da comunidade acontecem nas instalações da escola, para qual reivindicam ampliação devido à falta de infraestrutura adequada tanto para as reuniões como para as aulas.

Dentre os desafios da comunidade em relação ao andamento das ações em educação, além da necessidade de ampliação da escola local, pode-se listar a falta de materiais didáticos, equipamentos e capacitações que visem à inclusão digital e melhor qualificação dos profissionais.



Foto 10. Escola Municipal Porfírio Gomes de Souza, localizada em Feijão/Posse.

Comunicação

Os veículos de comunicação mais utilizados pela comunidade são o rádio, a televisão e aparelhos de telefonia celular. Não tendo acesso à mídia impressa, internet, nem ao telefone público, a comunicação em Feijão/Posse é limitada. O uso da internet é restrito aos que frequentam lojas que oferecem serviços de internet paga na sede do município. Além disso, as reuniões da associação local e dos grupos religiosos se configuram como importantes espaços de comunicação, além do tradicional 'boca a boca'.

O grupo argumenta sobre a necessidade da criação de canais de compartilhamento de informações entre as comunidades quilombolas e, também, com outros movimentos sociais. Enaltecem a importância de gerar informações e de ter acesso diversificado a elas, e por isso já tentaram implementar uma rádio comunitária, mas o projeto não foi adiante devido a entraves burocráticos.



6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo

Recursos Naturais

A Caatinga e os animais têm papel fundamental na vida comunitária em Feijão/Posse, não só no que se refere à agricultura e pecuária, mas também demonstram tecer laços afetivos e uma forte dependência dos ciclos naturais de recursos que utilizam.

Na região encontra-se em abundância o umbu, o catolé (ocorrendo durante todo o ano) e o caxi.

A comunidade tem uma forte ligação com os umbuzeiros, realizando a coleta sustentável e o beneficiamento da polpa da fruta, por meio de parceria com a Associação CONVIVER no Sertão, cuja produção é vendida ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Muitas dessas árvores são batizadas, como exemplos o umbuzeiro de tia Duli, umbuzeiro de Satilo, umbuzeiro da Vizagem etc., demonstrando os valores afetivos a eles atrelados.

6.4.4. Serviços de Apoio à Produção

Assistência Técnica

A comunidade já participou de diversos cursos, oficinas e projetos de desenvolvimento produtivo. No entanto, poucos desses projetos tiveram continuidade. De todo modo, a comunidade tem conseguido implementar algumas das técnicas já trabalhadas em cursos oferecidos, como as relacionadas ao cultivo de orgânicos por exemplo.

6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica

A comunidade quilombola de Feijão/Posse é constituída por 33 (trinta e três) famílias, e sua população possui uma faixa etária predominante entre 25 (vinte e cinco) e 60 (sessenta) anos.

Feijão/Posse possui uma escola municipal, porém os moradores alegam que a estrutura não atende todas as necessidades, devido ao seu tamanho reduzido. Os moradores reivindicam investimentos para sua ampliação, qualificação dos profissionais e aquisição de materiais didáticos.

A agricultura é essencialmente de subsistência, mas com forte tendência à agricultura orgânica, implementada recentemente e com novas possibilidades de comercialização. Geralmente, comercializam o excedente da produção entre os moradores, com comunidades vizinhas e na feira local do município de Mirandiba, a partir do PAA. Algumas frutas, como o umbu, são processadas e beneficiadas em parceria com a Associação CONVIVER.

A culinária local, o 'samba de coco' e a dança de São Gonçalo são considerados os principais símbolos culturais da comunidade, assim como os grupos religiosos Terço dos



homens, Terço das Mulheres e Terço da Mãe Rainha. A novena de São Sebastião, que ocorre em janeiro, é a principal celebração religiosa da comunidade, que possui uma imagem deste santo a mais de cem anos.

A Associação Quilombola de Feijão/Posse fortalece-se com o grande número de parceiros que possui principalmente no que diz respeito à sua produtividade agrícola. Praticam, atualmente, a agricultura orgânica e a fruticultura, possuem hortas comunitárias e sistemas de irrigação. A parceria com a Associação CONVIVER possibilitou novas perspectivas de produção à comunidade. A partir dela, foram firmados acordos com ONGs nacionais e internacionais, além de estreitar as relações com outras comunidades quilombolas e pequenos produtores da região.

Feijão/Posse foi certificada como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2005, e seu processo de regularização fundiária encontra-se em trâmite no órgão competente.

Os poços que foram perfurados na comunidade são as principais fontes de abastecimento, além das cisternas das casas, cacimbas e o açude localizado na vila Posse. A Prefeitura Municipal de Mirandiba disponibiliza carros pipa para a comunidade, principalmente em períodos mais longos de estiagem.

Os resíduos gerados na comunidade são queimados ou enterrados. Os moradores realizam mutirões de limpeza que envolve toda a comunidade, e a questão é trabalhada com prioridade, pois convivem próximo ao 'lixão' do município e sabem dos impactos que a falta de gestão destes resíduos pode ocasionar.

Os moradores dirigem-se a postos de saúde do município de Mirandiba, mais precisamente no Posto de Saúde Quilombola Juazeiro Grande, construído estrategicamente para atender as comunidades quilombolas do município. Os agentes comunitários de saúde e as benzedeiças também possuem papel fundamental na promoção da saúde local.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Feijão/Posse diferencia-se das demais comunidades quilombolas de Mirandiba por ser mais engajada e organizada social e politicamente, fato evidente em aspectos de sua dinâmica social. No ano de 2000 a comunidade iniciou a luta pelo direito de ampliação do território, reivindicando o terreno onde está situada a vila Posse. Consequentemente, foram identificados como comunidade quilombola no ano de 2005 pela Fundação Cultural Palmares.

Logo, a organização comunitária da comunidade de Feijão/Posse tem sido referência para as demais comunidades quilombolas de Mirandiba, contribuindo assim para a formação de uma rede de cooperação entre as comunidades da região e o fortalecimento do movimento quilombola no estado.

Fomentam parcerias significativas com a Prefeitura Municipal de Mirandiba, o Governo Estadual, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), a Associação CONVIVER e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre outras.

Com a melhoria do acesso à água, a comunidade deu início à implantação de hortas comunitárias e pequenos sistemas de irrigação. No ano de 2011, a comunidade iniciou, a partir de parceria, um projeto inédito de implantação de banco de sementes, 'Sementes Crioulas', também promovido em outras comunidades da região.

A comunidade fortalece seu poder de mobilização e organização social também a partir de um grupo de mulheres, que integram o Conselho Municipal de Saúde. Engajado em movimentos que trabalham a questão de gênero, o grupo compõe o Fórum de Mulheres de Pernambuco e faz parte da ONG Casa da Mulher do Nordeste, entidade que propõe ações produtivas e políticas com mulheres pobres do Nordeste, visando à igualdade de gênero.

8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. P. de; FILHO, W. F. **Uma História do Negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: CRUZ, Magno José et al (org). São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

ANDRADE, L. M. M. de. **Terras Quilombolas em Oriximiná: Pressões e Ameaças**. 1ª ed. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo; CYPRIANO, André. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARARIPE, A.; NASCIMENTO, E. **Sertão Quilombola: A Formação dos Quilombos no Sertão de Pernambuco**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2008.

CAMPOS, C. S. **Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco**. Tempo e Presença. Koinonia; Ano 3 - Nº. 11; Julho de 2008.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.



MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookman. 2006. MEC – Ministério da Educação: Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view> Acesso em 30/08/2013.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Guia de Políticas Sociais Quilombolas. 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/publicidade>> Acesso em 22/12/2011.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

RATTS, Alecsandro J. **(Re)conhecer quilombos no território brasileiro**. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). *Brasil Afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, J. M. S. **Tecendo estórias das comunidades mais remanescentes quilombolas aqui e acolá**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004. Orientação de Profª Doutora Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes.

SILVA, J. M. S. Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS-SUAS-LUTAS-SONHOS-E-UTOPIAS.pdf>> Acesso em: 19/01/2012.

SIQUEIRA, M. de L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. Disponível em <<http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>> Acesso em 22/12/2011.

SEPPPIR – *Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial*. Disponível em <http://www.seppir.gov.br/copy_of_acoef> (2008). Acesso em 30/12/2011

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**: Ambiente & Sociedade, São Paulo, ano V, n. 10; 1º Semestre de 2002.

SOUSA, R. G. **Escravidão Indígena x Escravidão Africana**. Mundo Educação. Disponível: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/escravidao-indigena-x-escravidao-africana.htm>> Acesso em: 16/02/2012.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Eds. Santos, Kátia M. Pacheco dos e Tatto, Nilto. São Paulo, 2008.

Escravidão e Resistência em Pernambuco. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe_escravidao.html> Acesso em: 26/03/2012.

9. ANEXOS

Anexo I. Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.

Anexo II. Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas.



Anexo I. Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.



QUADRO DESCRITIVO DAS INFORMAÇÕES DO PAINEL ROTATIVO

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Poço amazonas; poço artesiano; açude; cisternas; barragem subterrânea; cacimba; chafariz; caixa de distribuição de água; água de chuva; água salgada.</p>	<p>Irrigação; água potável; água para os animais; adutora para as casas; água encanada para as casas; não carregar água na cabeça e nos galões; ter tempo para outras tarefas; conscientização para o uso; irrigação de hortas; chuva; capacitações; intercâmbios.</p>	<p>Falta de conscientização das pessoas; falta de higiene; desperdício; irrigação de hortas e lavagem de roupas; ainda é difícil o acesso à água potável; molhação de fruteiras; higiene corporal; revitalização dos açudes e poços; falta de higiene no uso do poço; falta de higiene no uso do açude; o acesso a água ainda não acontece de maneira igualitária na comunidade, as famílias de Posse ainda não têm acesso a água; nem todas as famílias têm cisterna; falta bombeamento adequado para o plantio.</p>
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Garrafas, sacolas, vidros, latas, borracha (pneu), ferro, papéis, papelão, palhas, cascas de fruta, restos de comida, roupas velhas, ossos; esterco; união; trabalho coletivo; palestras.</p>	<p>Armazenar sementes em garrafas PET; resto de comida serve para alimentação animal; comunidade está próxima ao lixão da cidade; queima do lixo; mutirão de limpeza; conscientização; venda de materiais recicláveis para o ferro velho.</p>	<p>Não haver coleta de lixo; não existir uma destinação adequada nem transporte do lixo; ausência e omissão da prefeitura quanto à gestão do lixo nas comunidades rurais; lixo a céu aberto; falta de conscientização.</p>
NOSSA SAÚDE		

Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>PSF Quilombola na sede de Mirandiba; agente de saúde; plantas medicinais; benzedadeiras; conhecimento; limpeza; alimentação orgânica; água; conselheiras de saúde.</i></p>	<p><i>Boa alimentação; capacitações; substituição de remédios genéricos por plantas medicinais; água potável; discussão dos problemas dentro das políticas de saúde; denúncia do mau atendimento; resolução de problemas locais.</i></p>	<p><i>Falta de médico e dentista; mau atendimento; discriminação; falta transporte; estrada ruim; falta medicamentos; não há acompanhamento médico; falta frequente do acompanhamento do agente de saúde; falta de acompanhamento específico para gestantes e idosos; falta um PSF na comunidade; água salgada (especialmente em Posse); falta realização de testes para anemia falciforme; falta comunicação.</i></p>

No item “**facilita**” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não seja uma prática consolidada na comunidade, traria impactos positivos à saúde dos comunitários como informação e melhoria das condições de higiene e a possibilidade de fazer exames de sangue para o diagnóstico precoce da anemia falciforme, haja vista que quanto maior a antecedência do diagnóstico maior possibilidade de melhorar a qualidade de vida do indivíduo.

NOSSO MEIO AMBIENTE

Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Animais soltos; fumaça; plásticos; vidros; desmatamento; poluição na água e na terra; queimadas; estrada; fossas; mutirão para coleta de lixo; horta orgânica; trabalho com agroecologia.</i></p>	<p><i>Separar o lixo; enterrar o lixo; melhorias por meio da associação; participação das pessoas da comunidade; não usar agrotóxico; agroecologia; trabalho coletivo; utilização de material orgânico; reflorestamento.</i></p>	<p><i>Falta de fiscalização; falta de pessoas capacitadas; falta melhoria da estrada; falta de água de qualidade; falta de saneamento básico; a não separação do lixo; pessoas passando pelo lixo; animais soltos; conscientização das pessoas; não fazer reciclagem; não possuir aterro sanitário; queimadas e desmatamentos.</i></p>

NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA

Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Escola Porfírio Gomes de Souza; conhecimento; saberes; angu, fubá, baião de dois, xerém; respeito; professores; músicas; danças; artesanato; pintura; forró pé de serra; Coco; Toré; Xangô; Semana Santa; batizados; ano novo e natal; resgate da cultura local; Dança de São Gonçalo; medicina caseira.</i></p>	<p><i>Transporte escolar; salão onde funciona a escola e as reuniões da associação; grupo de jovens; reviver os antepassados; valorização do conhecimento popular; valorização local.</i></p>	<p><i>Falta de recursos e materiais; falta de professores capacitados; pouca participação dos jovens; falta um espaço apropriado para os cursos do CRAS e demais capacitações; falta de projetos voltados para a valorização da cultura local e para a participação dos cidadãos; falta computadores e capacitações que visem a inclusão digital; falta capacitações para as comunidades quilombolas.</i></p>

NOSSA COMUNICAÇÃO

Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Rádio; televisão; celular; boca a boca; cartas; bilhetes; informação; pessoas; bicicleta; carro; burro; cavalo; jumento; associação; viagens.</i></p>	<p><i>Tradição e comunicação direta com as pessoas.</i></p>	<p><i>Falta de informação; falta de energia em algumas casas; rádio a pilha; falta de telefonia pública; conhecimento; falta de equipamentos de informática.</i></p>

No item “**facilita**” o grupo fez reflexões do que, embora ainda não exista nem seja uma prática consolidada na comunidade, facilitaria no desenvolvimento da comunicação local e em outros aspectos a ela relacionados. Foram citados: ter acesso a notícias locais e da região, e a notícias nacionais e internacionais; ter uma comunicação mais rápida e eficiente; ter acesso a computadores e a internet; ter parcerias para aquisição desses recursos.



NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Associação Quilombola de Feijão/Posse; Casa da Mulher do Nordeste; ActionAid; Fórum de Mulheres; IRPA-PE; EMBRAPA; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade, SEPIR; SECOR; Companhia Nacional de Abastecimento, CONAB; Programa de Aquisição de Alimentos, PAA; Associação CONVIVER no Sertão; FUNASA; Fundos rotativos; Conselho de Desenvolvimento Rural; Conselho de Saúde; Vínculo Solidário; Movimento Quilombola; Assistência de Saúde; Centro de Cultura Luiz Freire; Educação.</i></p>	<p><i>Capacitações; envolvimento direto da comunidade nos projetos nos quais faz parte; palestras que já participaram; viagens e troca de experiências; conhecimento; comunicação; acesso à água.</i></p>	<p><i>Não possuir uma sede para reuniões da associação; não haver um sistema de transporte que atenda a comunidade; acesso a políticas públicas; falta recurso para garantir reuniões entre as comunidades quilombolas; falta acompanhamento técnico; não ter acesso a meios mais rápidos de comunicação; falta de interesse dos jovens; desmotivação.</i></p>

No item **“facilita”** o grupo fez reflexões do que, embora ainda não seja uma prática consolidada na comunidade, percebem que facilitaria a articulação deste eixo como: acessar a mais projetos, maior interesse e participação entre os membros da comunidade; capacitações; acesso à água, especialmente nas terras de Posse; oportunidades e maior conscientização e participação dos jovens.

NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS

Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Diversidade da produção agrícola; venda para o Programa de Aquisição de Alimentos; Feira Agroecológica; Programas Sociais (Bolsa Família); Agroamigo; Associação CONVIVER no Sertão; frutas e hortaliças; roças individuais; milho, feijão, abóbora; animais abatidos; organização das mulheres; projeto para galinheiros móveis; produção de caprinos; banco de sementes crioulas; PNAE; BNB; poço artesiano; bombas; cisternas.</i></p>	<p><i>Vendas para Companhia Nacional de Abastecimento, CONAB; feira livre; Associação CONVIVER no sertão facilita articulação dos agricultores; espaço na cidade para vendas; venda da produção pelo PNAI; acesso ao Banco do Nordeste; carroça de burro; bicicleta; empreendedorismo; chuva para aproveitamento de água boa; irrigação; fornecimento de sementes.</i></p>	<p><i>Procura de mercado; pessoas acreditarem no bem que nossos produtos fazem a saúde; não ter selo de garantia de qualidade orgânico; falta acompanhamento técnico em várias áreas; faltam embalagens para os produtos; difícil acesso à água de qualidade; carregar água no galão; faltam poço e abastecimento de água em Posse; há dificuldade para o transporte da produção.</i></p>



ANEXO II. Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas.

